PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143/2025
Fls. 01
Rubrica:

PROCESSO ADMINISTRATIVO

ORGÃO/ENTE PMB/MA	Nº 3143/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.
Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

SETOR SOLICITANTE	PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.	**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 02
Rubrica:

PORTARIA MUNICIPAL Nº 185/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a pedido o **Sr. Luís Carlos Rodrigues dos Santos, brasileiro, portador do CPF nº 648.538.613-00 e RG n° 000112126999-8 SSP/MA**, da função de Secretário Adjunto de Infraestrutura.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 29 de setembro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 334f724571f4297feb162a7b4c59acff

PORTARIA MUNICIPAL Nº 186/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Luís Carlos Rodrigues dos Santos, brasileiro, portador do CPF nº 648.538.613-00 e RG n° 000112126999-8 SSP/MA**, Secretário Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 29 de setembro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 451d2f25e9a2dfc5e399cbd36f59f651

PORTARIA MUNICIPAL Nº 187/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Adarias Freitas Linhares, brasileiro, portador do CPF nº 697.047.083-00**, Secretário Adjunto de Infraestrutura.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 29 de setembro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 250fbe2243435428ae839ae038f51b53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
03
Fls.
Rubrica:

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Ao Sr.
Francisco Danka Lima da Cruz
Setor de Protocolo
Nesta...

Órgão: Prefeitura de Buriti - Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Responsável pela Demanda: Giovana Colicchio Introvini - Secretária Municipal de Administração e Finanças

Assunto: Abertura de Processo Administrativo, conforme objeto especificado abaixo.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A presente demanda tem por finalidade viabilizar o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados, destinados a atender às necessidades operacionais do Município de Buriti/MA, especialmente no que se refere à execução de serviços de infraestrutura, manutenção e recuperação de vias urbanas e rurais, abertura e conservação de estradas vicinais, limpeza pública, apoio a obras e serviços emergenciais, bem como suporte às atividades desenvolvidas pelas diversas secretarias municipais.

O Município de Buriti/MA possui extensa malha viária rural, além de áreas urbanas que demandam intervenções periódicas, contínuas e, em muitos casos, imediatas, exigindo o emprego de máquinas e veículos pesados específicos, tais como motoniveladoras, retroescavadeiras, pás carregadeiras, caminhões basculantes, caminhões-pipa, entre outros equipamentos indispensáveis à adequada prestação dos serviços públicos essenciais.

Ressalta-se que a frota própria municipal não é suficiente, nem plenamente capaz de suprir, de forma integral e simultânea, todas as demandas existentes ao longo do exercício, seja em razão de limitações quantitativas, desgaste natural dos equipamentos, necessidade de manutenções corretivas e preventivas, ou ainda pela sazonalidade das demandas, especialmente em períodos chuvosos, quando se intensificam os serviços de recuperação de estradas vicinais e atendimento a situações emergenciais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que possibilita à Administração Municipal a contratação dos serviços de forma parcelada e conforme a real necessidade, sem a obrigatoriedade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc Nº 3143 - 2025
Fls. 04
Rubrica:

de contratação imediata de quantitativos previamente definidos, garantindo maior flexibilidade, eficiência na gestão dos recursos públicos e economicidade, além de assegurar pronta resposta às demandas supervenientes e imprevisíveis.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, contribuindo diretamente para a melhoria da infraestrutura municipal, o acesso das comunidades rurais, a segurança no tráfego de veículos, o desenvolvimento econômico local e a adequada prestação dos serviços à população do Município de Buriti/MA.

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

ITEM	LOCAÇÃO DE MAQUINAS	UND	QUANT
1	Locação de motoniveladora incluso operador	H	1500
2	Locação de caminhão basculante de 14 m³ - incluso motorista	H	2500
3	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1500
4	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1500
5	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	1500
6	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1500
7	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1500
8	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1500
9	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1500
10	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	1000
11	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1500

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:

Os serviços objeto da presente demanda consistem na locação de máquinas e veículos pesados, por hora trabalhada, com fornecimento de operadores ou motoristas devidamente habilitados, destinados a atender às necessidades operacionais do Município de Buriti/MA, especialmente no apoio às atividades de infraestrutura, manutenção urbana e rural, obras públicas e ações emergenciais.

Os serviços a serem realizados incluem, mas não se limitam a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 05
Rubrica:

1. Manutenção e recuperação de vias públicas e estradas vicinais

   Compreende a execução de serviços de regularização, nivelamento, patrolamento, conformação geométrica e compactação de vias urbanas e rurais, visando garantir melhores condições de tráfego, segurança e acessibilidade. Inclui ainda a recuperação de estradas vicinais, fundamentais para o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar, o acesso aos serviços públicos essenciais e o deslocamento da população em geral, bem como a desobstrução de vias, remoção de entulhos, correção de pontos críticos e readequação de trechos deteriorados.

2. Serviços de terraplenagem e preparação de solo

   Abrange atividades de escavação, movimentação, carga, transporte e remoção de solo, necessárias à implantação e manutenção de obras de infraestrutura, loteamentos urbanos e áreas institucionais. Inclui o nivelamento e preparação de terrenos destinados à construção de equipamentos públicos, como escolas, unidades de saúde, praças, prédios administrativos e demais estruturas municipais, bem como a compactação de solo em áreas de pavimentação e fundações.

3. Obras de drenagem e controle de erosão

   Envolve a abertura, limpeza, manutenção e readequação de canais, valas, sarjetas e dispositivos de drenagem para o adequado escoamento das águas pluviais. Inclui intervenções preventivas e corretivas em áreas suscetíveis a alagamentos, processos erosivos e assoreamentos, bem como o transporte, espalhamento e aplicação de materiais destinados ao reforço e à estabilização do solo.

4. Apoio a obras de infraestrutura e serviços públicos

   Compreende a execução de escavações destinadas à implantação e manutenção de redes de saneamento básico, drenagem urbana e sistemas de abastecimento de água. Inclui ainda o apoio à construção, recuperação e manutenção de pontes, bueiros, galerias, passagens molhadas e demais obras de arte, além do transporte e aplicação de materiais como brita, areia, cascalho e piçarra para pavimentação, reforço estrutural e manutenção de vias.

5. Ações emergenciais e atendimento a situações críticas

   Abrange serviços destinados ao atendimento de demandas emergenciais, especialmente em períodos chuvosos, tais como desobstrução de vias, remoção de barreiras naturais ou artificiais, recuperação provisória de acessos e intervenções em áreas afetadas por enchentes, deslizamentos de terra ou outros eventos adversos. Inclui também o transporte e a distribuição de água para abastecimento emergencial, apoio à população em situação de vulnerabilidade e controle de poeira em períodos de estiagem.

6. Transporte de equipamentos, máquinas e materiais

   Inclui a remoção, deslocamento e transporte de máquinas pesadas, equipamentos e insumos entre os diversos locais de operação, bem como o transporte de materiais necessários à execução das obras e serviços municipais, garantindo suporte logístico adequado às frentes de trabalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 06
Rubrica:

A empresa contratada deverá garantir a disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, responsabilizando-se pela manutenção preventiva e corretiva, pelo fornecimento de combustível, lubrificantes e demais insumos necessários à operação, bem como pela disponibilização de operadores e motoristas devidamente capacitados, habilitados e em conformidade com as normas técnicas, trabalhistas, ambientais e de segurança vigentes.

A execução dos serviços ocorrerá conforme as demandas apresentadas pelo Município de Buriti/MA, de forma parcelada e de acordo com a efetiva necessidade da Administração, assegurando agilidade, eficiência, qualidade técnica e continuidade dos serviços públicos essenciais.

CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

Os serviços possuem caráter contínuo e essencial, sendo necessários para a manutenção da infraestrutura municipal e para a adequada prestação dos serviços públicos à população, não se tratando de demanda pontual ou eventual isolada.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS DEMANDANTES

A demanda atende, de forma direta ou indireta, às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como de outras secretarias municipais que executam ações vinculadas à manutenção urbana e rural, obras públicas, limpeza, apoio logístico e atendimento emergencial, sob coordenação da Administração Municipal.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

A execução dos serviços será acompanhada e controlada pela Administração Municipal, mediante registro das horas efetivamente trabalhadas, fiscalização da utilização dos equipamentos e verificação da conformidade dos serviços com as demandas apresentadas.

NATUREZA DOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos estimados possuem caráter meramente referencial, não gerando obrigação de contratação integral ou imediata, servindo exclusivamente para fins de planejamento e formação de preços, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CONTRATAÇÃO

A não contratação dos serviços poderá acarretar a deterioração da malha viária urbana e rural, isolamento de comunidades, prejuízos ao transporte escolar e ao escoamento da produção agrícola, aumento de riscos à segurança da população, além de dificultar o atendimento a situações emergenciais, comprometendo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos.

ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO MUNICIPAL

A presente demanda encontra-se alinhada às ações previstas no planejamento anual da Administração Municipal, às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e rural e às metas de manutenção da infraestrutura do Município de Buriti/MA

DISPOSIÇÕES GERAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
07
Fls.
Rubrica:

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.
Local e horário da Execução: A combinar.
Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Prazo para pagamento: até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante atesto da fiscalização competente.

Buriti/MA, 27 de novembro de 2025.

Luís Carlos Rodrigues dos Santos

Luís Carlos Rodrigues dos Santos
Secretário Municipal de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 08
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

CAPA DO PROCESSO	
PROCESSO:	0000003143 / 2025
Data:	28/11/2025
Hora:	08:41:31
Proprietário/Interessado:	00000003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Assunto: **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

O Requerimento acima qualificado vem pelo presente muito respeitosamente solicitar que V. Excia se digne

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BURITI - MA.

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o número do protocolo acima indicado.

2 – O QR CODE, deste comprovante, irá lhe direcionar para a página de consulta.

expressa comunicação.
Art. 7º Fica vedado:

I. O exercício do trabalho voluntário que substitua o de qualquer categoria profissional, servidor ou empregado público vinculado ao município de Buriti – MA;
II. O repasse ou concessão de quaisquer valores ou benefícios aos portadores de serviço voluntário, salvo nos casos de ressarcimento de eventuais despesas referentes ao transporte e alimentação devidamente comprovados, desde que para o cumprimento dos objetivos pactuados no TAV; e
III. O exercício do trabalho voluntário por pessoa menor de 18 (dezoito) anos.

Art. 8º O/a Voluntário/a deverá atuar na área compatível com a aptidão e interesse, e suas atividades serão controladas pelo responsável do órgão a que ficar subordinado/a.
Art. 9º São obrigações do Prestador/a de serviços voluntários, dentre outras, sob pena de desligamento:

I. Manter comportamento compatível com sua atuação;
II. Ser assíduo no desempenho das suas atividades;
III. Tratar com urbanidade os Servidores Públicos Municipais, bem como, os demais prestadores de serviços voluntários e o público em geral;
IV. Exercer suas funções conforme o previsto no Termo de Adesão, sempre sob orientação e coordenação do responsável designado pela direção do órgão ou entidade ao qual se encontra vinculado;
V. Justificar ausências nos dias em que tiver escalado para prestação de serviço voluntário;
VI. Reparar danos que, por sua culpa ou dolo, vier causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros na execução dos serviços voluntários;
VII. Respeitar e cumprir as normas legais e regulamentares, bem como, observar outras vedações a ser impostas pelo órgão na qual se encontra prestando serviços voluntários.

Art. 10 Fica o Poder Executivo do Governo Municipal autorizado a ressarcir as despesas efetivadas pelo prestador de serviço voluntário, para o cumprimento dos objetivos pactuados no TAV conforme Lei Federal nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.
§ 1º As despesas a serem ressarcidas deverão estar prévia e expressamente autorizadas pelo órgão a que for prestado o serviço voluntário, sendo custeado com recursos do orçamento aprovado para a Secretaria responsável pela formalização do TAV.
§ 2º Os valores a serem praticados para ressarcimento das despesas ao Prestadores de Serviços Voluntários será regulamentado pelo Prefeito Municipal por meio de Decreto.
Art. 11 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI, ESTADO DO MARANHÃO, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

)

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 949ed5101143d6fd7eaf0061cf03665b

LEI MUNICIPAL Nº 750, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE BURITI-MA, faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1° Fica instituído o Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão, instituído e administrado pela Prefeitura Municipal de Buriti, como o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos do Município de Buriti, bem como dos órgãos da administração indireta, suas autarquias e fundações.
Art. 2° A edição do Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão será realizada em meio eletrônico e atendera aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
Art. 3° A edição eletrônica do Diário Oficial do Município de Buriti do Estado da Maranhão será disponibilizada na rede mundial de computadores, em endereço eletrônico, podendo ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento, a qualquer tempo.
Art. 4° As publicações no Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão substituirão quaisquer outras formas de publicações utilizada pelo Município, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.
Art. 5° Os direitos autorais dos atos municipais publicados no Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão são reservados ao Município de Buriti.
§1 - "O Município poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão, mediante solicitação (previa de três dias) e o pagamento do valor correspondente a sua reprodução
§2° O Município manterá no quadro de avisos da Prefeitura, cópia da versão impressa da última edição que constar publicação de atos municipais.
Art. 6° A responsabilidade pelo conteúdo da publicação e do órgão que o produziu.
Art. 7° As despesas com a execução da presente Lei correrão a conta das dotações orçamentarias próprias.
Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Art. 9° Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI, ESTADO DO MARANHÃO, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 751571e7a87eef2c3e582e4337e8c8dd

PORTARIA MUNICIPAL Nº 001/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Giovana Colicchio Introvini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 899.777.341-00 e RG nº 33987572-0 SSP/SP**, gestora titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Art. 2º A Secretária Municipal de Administração e Finanças será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações

financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 02 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7b2dfd5013083030d7fdf1cf10407fb9

PORTARIA MUNICIPAL Nº 002/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Cleane de Jesus Costa, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 784.511.403-00 e RG nº 000095756198-9 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A Secretária Municipal de Educação será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
PROC. 3143 - 2025
FLS. 10
ASSINATURA:

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 166f9de4c3e44780690e827cef0b72d7

PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Raí Pablo Sousa de Aguiar, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 042.501.593-96 e RG nº 031336752006-8 SSP/MA**, gestor titular da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º O Secretário Municipal de Saúde será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143- 2025
Fls. 11
Rubrica:

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a não realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA, considerando que o objeto da contratação será de uso exclusivo da **Secretaria Municipal de Infraestrutura**.

Nos termos do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, o procedimento de intenção de registro de preços deve ser realizado na fase preparatória do processo licitatório para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades interessadas na respectiva ata de registro de preços. No entanto, o parágrafo primeiro do referido artigo estabelece que essa exigência pode ser dispensada quando o órgão gerenciador for o único contratante.

Nesse contexto, considerando que a locação das máquinas pesadas destina-se exclusivamente ao atendimento das demandas operacionais e estruturais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, trata-se de uma necessidade específica, cuja gestão e execução dos serviços serão de responsabilidade única deste órgão. Assim, a realização de um procedimento público de intenção de registro de preços se mostra desnecessária, pois não há interesse de outros órgãos ou entidades no compartilhamento da ata, caracterizando a hipótese de dispensa prevista na legislação.

Além disso, a prestação desses serviços exige planejamento estratégico para garantir a execução eficiente das ações de infraestrutura, recuperação de estradas vicinais, drenagem, terraplenagem e demais serviços essenciais. A eventual adesão de outros órgãos poderia comprometer a execução contratual, gerando entraves administrativos, como dificuldades na alocação dos equipamentos, atrasos no atendimento das demandas locais e impactos na logística operacional. Dessa forma, a condução do processo licitatório exclusivamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura assegura maior eficiência na execução dos serviços, permitindo resposta ágil e adequada às necessidades da população.

Diante do exposto, e em conformidade com o artigo 86, parágrafo primeiro, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a não realização da intenção de registro de preços, uma vez que a Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Buriti-MA será o único órgão contratante, garantindo, assim, a adequação do processo às suas especificidades e a otimização da gestão dos recursos públicos.

Buriti/MA, 01 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 12
Rubrica:

DESPACHO

Ao Senhor
Alailson Holanda Rodrigues
Chefe do Setor de Engenharia
Prefeitura Municipal de Buriti/MA
Nesta...

Assunto: Elaboração de Projeto Básico – Registro de Preços para Locação de Máquinas Pesadas

Prezado,

Solicito que seja providenciada a elaboração do Projeto Básico referente ao processo de Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

O documento deve ser elaborado em conformidade com a legislação vigente, observando os requisitos técnicos necessários para garantir a adequação e eficiência dos serviços a serem contratados. Caso necessário, podem ser realizadas consultas às áreas envolvidas para coleta de informações complementares.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Buriti/MA, 01 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 13
Rubrica:

PROJETO BÁSICO

Obra
Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de pessoa (s) jurídica (s) especializada(s) na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Analítica

1			LOCAÇÃO DE MAQUINAS					9.062.320,00
1.1	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	483,70	483,70
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	00004239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	27,54	27,54
Insumo	E9524	SICRO3	Motoniveladora - 93 kW	Equipamento	H	1,0000000	337,37	337,36

MO sem LS =>	27,54	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,54
Valor do BDI =>	72,55			Valor com BDI =>	556,25
		Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**834.375,00**

1.2	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	LOC-002	Próprio	LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	409,40	409,40
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	12,0000000	5,94	71,28
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	23,01	23,01
Insumo	E9667	SICRO3	Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW	Equipamento	H	1,0000000	315,12	315,11

MO sem LS =>	23,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,01
Valor do BDI =>	61,41			Valor com BDI =>	470,81
		Quant. =>	**2.500,00**	**Preço Total =>**	**1.177.025,00**

1.3	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	LOC-003	Próprio	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	383,98	383,98
Composição Auxiliar	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	24,25	24,25
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 14
Rubrica

Insumo	E9685	SICRO3	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	Equipamento		H	1,0000000	240,93	240,93
				MO sem LS =>	17,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,01
				Valor do BDI =>	57,59			Valor com BDI =>	441,57
						Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**662.355,00**

1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-004	Próprio	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	678,89	678,89
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	E9511	SICRO3	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW	Equipamento		H	1,0000000	534,50	534,50
				MO sem LS =>	18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI =>	101,83			Valor com BDI =>	780,72
						Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**1.171.080,00**

1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-005	Próprio	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	296,12	296,12
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	E9526	SICRO3	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW	Equipamento		H	1,0000000	151,74	151,73
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS =>	18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI =>	44,41			Valor com BDI =>	340,53
						Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**510.795,00**

1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-006	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	482,55	482,55
Insumo	E9515	SICRO3	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	Equipamento	H	1,0000000	344,87	344,86

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3148-2025
Fls. 15
Rubrica

Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra		H	1,0000000	18,89	18,89
				MO sem LS =>	18,89	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,89
				Valor do BDI =>	72,38			Valor com BDI =>	554,93
						Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**832.395,00**

1.7	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-007	Próprio	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	307,68	307,68
Insumo	00004237	SINAPI	OPERADOR DE TRATOR - EXCLUSIVE AGROPECUARIA	Mão de Obra		H	1,0000000	13,27	13,27
Insumo	E9577	SICRO3	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	Equipamento		H	1,0000000	175,61	175,61
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS =>	13,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	13,27
				Valor do BDI =>	46,15			Valor com BDI =>	353,83
						Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**530.745,00**

1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-008	Próprio	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	496,91	496,91
Composição Auxiliar	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	26,34	26,34
Insumo	E9681	SICRO3	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	Equipamento		H	1,0000000	351,77	351,77
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS =>	19,10	LS =>	0,00	MO com LS =>	19,10
				Valor do BDI =>	74,53			Valor com BDI =>	571,44
						Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**857.160,00**

1.9	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	529,64	529,64
Composição Auxiliar	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	31,27	31,27
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	25,0000000	5,94	148,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3148-2025
Fls. 16

Insumo	E9571	SICRO3	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	Equipamento	H	1,0000000	349,88	349,87
				MO sem LS => 24,03	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,03
				Valor do BDI => 79,44			Valor com BDI =>	609,08
					Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**913.620,00**

1.10	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	LOC-010	Próprio	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	474,07	474,07
Composição Auxiliar	88285	SINAPI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	28,98	28,98
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	30,0000000	5,94	178,20
Insumo	A9314	SICRO3	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,2 m - 188 kW - motorista de caminhão	Equipamento	H	1,0000000	266,89	266,89
				MO sem LS => 21,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,74
				Valor do BDI => 71,11			Valor com BDI =>	545,18
					Quant. =>	**1.000,00**	**Preço Total =>**	**545.180,00**

1.11	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	LOC-011	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	H	1,0000000	595,71	595,71
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	E9540	SICRO3	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	Equipamento	H	1,0000000	451,32	451,32
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS => 18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI => 89,35			Valor com BDI =>	685,06
					Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**1.027.590,00**

Total sem BDI	**7.880.340,00**
Total do BDI	**1.181.980,00**
Total Geral	**9.062.320,00**

Rubrica
Fls. 17
Proc. Nº 3143-2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA

Engenharia GNF
Analista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 18
Rubrica:

Obra
Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de pessoa (s) jurídica (s) especializada(s) na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**LOCAÇÃO DE MAQUINAS**		**1**		**9.062.320,00**	**9.062.320,00**	**100,00 %**
1.1	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1500	483,70	556,25	834.375,00	9,21 %
1.2	LOC-002	Próprio	LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	2500	409,40	470,81	1.177.025,00	12,99 %
1.3	LOC-003	Próprio	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1500	383,98	441,57	662.355,00	7,31 %
1.4	LOC-004	Próprio	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1500	678,89	780,72	1.171.080,00	12,92 %
1.5	LOC-005	Próprio	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	1500	296,12	340,53	510.795,00	5,64 %
1.6	LOC-006	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1500	482,55	554,93	832.395,00	9,19 %
1.7	LOC-007	Próprio	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1500	307,68	353,83	530.745,00	5,86 %
1.8	LOC-008	Próprio	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1500	496,91	571,44	857.160,00	9,46 %
1.9	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1500	529,64	609,08	913.620,00	10,08 %
1.10	LOC-010	Próprio	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	1000	474,07	545,18	545.180,00	6,02 %
1.11	LOC-011	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1500	595,71	685,06	1.027.590,00	11,34 %

Total sem BDI	**7.880.340,00**
Total do BDI	**1.181.980,00**
Total Geral	**9.062.320,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3148-2025
Fls. 19

Engenharia GNF
Analista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 20
Rubrica:

Composições Analíticas com Preço Unitário
Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de pessoa (s) jurídica (s) especializada(s) na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	483,70	483,70
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	00004239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA)	Mão de Obra		H	1,0000000	27,54	27,54
Insumo	E9524	SICRO3	Motoniveladora - 93 kW	Equipamento		H	1,0000000	337,37	337,36
				MO sem LS =>	27,54	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,54
				Valor do BDI =>	72,55			Valor com BDI =>	556,25

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-002	Próprio	LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	409,40	409,40
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	12,0000000	5,94	71,28
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO (HORISTA)	Mão de Obra		H	1,0000000	23,01	23,01
Insumo	E9667	SICRO3	Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW	Equipamento		H	1,0000000	315,12	315,11
				MO sem LS =>	23,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,01
				Valor do BDI =>	61,41			Valor com BDI =>	470,81

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-003	Próprio	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	383,98	383,98
Composição Auxiliar	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	24,25	24,25
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	E9685	SICRO3	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	Equipamento		H	1,0000000	240,93	240,83
				MO sem LS =>	17,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,01
				Valor do BDI =>	57,59			Valor com BDI =>	441,57

1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-004	Próprio	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	678,89	678,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 21
Rubrica

Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	E9511	SICRO3	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW	Equipamento		H	1,0000000	534,50	534,50
				MO sem LS =>	18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI =>	101,83			Valor com BDI =>	780,72

1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-005	Próprio	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	296,12	296,12
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	E9526	SICRO3	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW	Equipamento	H	1,0000000	151,74	151,73
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
			MO sem LS =>	18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
			Valor do BDI =>	44,41			Valor com BDI =>	340,53

1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-006	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	482,55	482,55
Insumo	E9515	SICRO3	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	Equipamento	H	1,0000000	344,87	344,86
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	18,89	18,89
			MO sem LS =>	18,89	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,89
			Valor do BDI =>	72,38			Valor com BDI =>	554,93

1.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-007	Próprio	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	307,68	307,68
Insumo	00004237	SINAPI	OPERADOR DE TRATOR - EXCLUSIVE AGROPECUARIA	Mão de Obra	H	1,0000000	13,27	13,27
Insumo	E9577	SICRO3	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	Equipamento	H	1,0000000	175,61	175,61
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
			MO sem LS =>	13,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	13,27
			Valor do BDI =>	46,15			Valor com BDI =>	353,83

1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 22

Composição	LOC-008	Próprio	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	496,91	496,91
Composição Auxiliar	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	26,34	26,34
Insumo	E9681	SICRO3	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	Equipamento	H	1,0000000	351,77	351,77
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS => 19,10	LS =>	0,00	MO com LS =>	19,10
				Valor do BDI => 74,53			Valor com BDI =>	571,44

1.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	529,64	529,64
Composição Auxiliar	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	31,27	31,27
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	25,0000000	5,94	148,50
Insumo	E9571	SICRO3	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	Equipamento	H	1,0000000	349,88	349,87
				MO sem LS => 24,03	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,03
				Valor do BDI => 79,44			Valor com BDI =>	609,08

1.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-010	Próprio	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	474,07	474,07
Composição Auxiliar	88285	SINAPI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	28,98	28,98
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	30,0000000	5,94	178,20
Insumo	A9314	SICRO3	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,2 m - 188 kW - motorista de caminhão	Equipamento	H	1,0000000	266,89	266,89
				MO sem LS => 21,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,74
				Valor do BDI => 71,11			Valor com BDI =>	545,18

1.11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-011	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	H	1,0000000	595,71	595,71
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	E9540	SICRO3	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	Equipamento	H	1,0000000	451,32	451,32
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS => 18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI => 89,35			Valor com BDI =>	685,06

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Rubrica: Fls. 23

Composições Auxiliares

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,12	0,12
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra		H	0,0050900	23,91	0,12
				MO sem LS =>	0,12	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,12
				Valor do BDI =>	0,01			Valor com BDI =>	0,13

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95350	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS		H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00004097	SINAPI	MOTORISTA DE ONIBUS / MICRO-ONIBUS (HORISTA)	Mão de Obra		H	0,0053400	21,63	0,11
				MO sem LS =>	0,11	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,11
				Valor do BDI =>	0,01			Valor com BDI =>	0,12

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95357	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,21	0,21
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra		H	0,0115400	18,89	0,21
				MO sem LS =>	0,21	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,21
				Valor do BDI =>	0,03			Valor com BDI =>	0,24

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95364	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,15	0,15
Insumo	00004248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra		H	0,0083100	18,20	0,15
				MO sem LS =>	0,15	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,15
				Valor do BDI =>	0,02			Valor com BDI =>	0,17

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95366	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,14	0,14
Insumo	00004238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra		H	0,0083100	16,87	0,14
				MO sem LS =>	0,14	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,14
				Valor do BDI =>	0,02			Valor com BDI =>	0,16

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	31,27	31,27
Composição Auxiliar	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,12	0,12
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	23,91	23,91

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 24

Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	4,23	4,23
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89	0,89
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60	0,60
				MO sem LS => 24,03	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,03
				Valor do BDI => 4,69			Valor com BDI =>	35,96

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88285	SINAPI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	28,98	28,98
Composição Auxiliar	95350	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89	0,89
Insumo	00004097	SINAPI	MOTORISTA DE ONIBUS / MICRO-ONIBUS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,63	21,63
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	4,23	4,23
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60	0,60
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01	0,01
				MO sem LS => 21,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,74
				Valor do BDI => 4,34			Valor com BDI =>	33,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	26,34	26,34
Composição Auxiliar	95357	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,21	0,21
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	18,89	18,89
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01	0,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 25
Rubrica:

Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89	0,89
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60	0,60
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	4,23	4,23
				MO sem LS =>	19,10	LS =>	0,00	MO com LS =>	19,10
				Valor do BDI =>	3,95			Valor com BDI =>	30,29

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	25,59	25,59
Composição Auxiliar	95364	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,15	0,15
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89	0,89
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00004248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	18,20	18,20
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	4,23	4,23
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60	0,60
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
				MO sem LS =>	18,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI =>	3,83			Valor com BDI =>	29,42

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	24,25	24,25
Composição Auxiliar	95366	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,14	0,14
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00004238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	16,87	16,87
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	4,23	4,23
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89	0,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Rubrica 26

Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	0,60	0,60
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	0,08	0,08
					MO sem LS =>	17,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,01
					Valor do BDI =>	3,63			Valor com BDI =>	27,88

Total sem BDI	**7.880.340,00**
Total do BDI	**1.181.980,00**
Total Geral	**9.062.320,00**

Engenharia GNF
Analista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc Nº 3143-2025
Fls. 27
Rubrica:

Composições Analíticas com Preço Unitário
Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de pessoa (s) jurídica (s) especializada(s) na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
Insumo	00004239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	E9524	SICRO3	Motoniveladora - 93 kW	Equipamento	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-002	Próprio	LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	12,0000000		
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	E9667	SICRO3	Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW	Equipamento	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-003	Próprio	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
Insumo	E9685	SICRO3	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	Equipamento	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-004	Próprio	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 28
Rubrica:

Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
Insumo	E9511	SICRO3	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW	Equipamento	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-005	Próprio	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	E9526	SICRO3	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW	Equipamento	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-006	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Insumo	E9515	SICRO3	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	Equipamento	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-007	Próprio	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Insumo	00004237	SINAPI	OPERADOR DE TRATOR - EXCLUSIVE AGROPECUARIA	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	E9577	SICRO3	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	Equipamento	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 29
Rubrica:

Composição	LOC-008	Próprio	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	E9681	SICRO3	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	Equipamento	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.		
Composição	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	25,0000000		
Insumo	E9571	SICRO3	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	Equipamento	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-010	Próprio	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	88285	SINAPI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	30,0000000		
Insumo	A9314	SICRO3	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,2 m - 188 kW - motorista de caminhão	Equipamento	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

1.11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-011	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	E9540	SICRO3	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	Equipamento	H	1,0000000		
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	20,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 30
Rubrica:

Composições Auxiliares

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0050900		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95350	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000		
Insumo	00004097	SINAPI	MOTORISTA DE ONIBUS / MICRO-ONIBUS (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0053400		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95357	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0115400		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95364	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00004248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0083100		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95366	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00004238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0083100		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Rubrica:
Fls. 31

Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88285	SINAPI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	95350	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000		
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00004097	SINAPI	MOTORISTA DE ONIBUS / MICRO-ONIBUS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	95357	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 32
Rubrica:

Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	95364	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00004248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
				MO sem LS =>	LS =>	0,00	MO com LS =>	
				Valor do BDI =>			Valor com BDI =>	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88303	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Composição Auxiliar	95366	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00004238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000		
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 33
Rubrica:

Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000		

MO sem LS => LS => 0,00 MO com LS =>
Valor do BDI => Valor com BDI =>

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 34
Rubrica:

Obra
Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de pessoa (s) jurídica (s) especializada(s) na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**LOCAÇÃO DE MAQUINAS**		**1**				**100,00 %**
1.1	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1500				9,21 %
1.2	LOC-002	Próprio	LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	2500				12,99 %
1.3	LOC-003	Próprio	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1500				7,31 %
1.4	LOC-004	Próprio	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1500				12,92 %
1.5	LOC-005	Próprio	Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	1500				5,64 %
1.6	LOC-006	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1500				9,19 %
1.7	LOC-007	Próprio	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1500				5,86 %
1.8	LOC-008	Próprio	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1500				9,46 %
1.9	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1500				10,08 %
1.10	LOC-010	Próprio	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	1000				6,02 %
1.11	LOC-011	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1500				11,34 %

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 35
Rubrica:

Engenharia GNF
Analista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 36
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 37
Rubrica:

DESPACHO

Ao
Setor de Planejamento
Prefeitura Municipal de Buriti/MA
Nesta...

Assunto: Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Classificação de Risco

Prezados,

Solicito que seja elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o respectivo Mapa de Classificação de Risco referente ao processo nº 3143/2025.

Os documentos devem observar as normas e diretrizes aplicáveis, considerando os objetivos e especificidades do presente processo. Caso necessário, podem ser realizadas consultas às áreas envolvidas para coleta de informações adicionais.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Buriti/MA, 09 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Código identificador: 2594b927ef07fad70a6959eda16d3665

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls 38
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a Sra. Ramile Bruna da Silva Lages**, brasileira, portadora do CPF nº 057.425.803 - 55 e RG n° 021987622002-7 SSP/MA**, Contadora Geral da Contabilidade Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: ba723626240c98a7a9c5c56b66e3aa1b

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** João Vito Moraes Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 062.281.693 - 43 e RG n° 041466762011 - 3 SSP/MA**, Controlador Geral da Controladoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d39b6f384715870735622b0fe536a0d

PORTARIA Nº 026/2025 GP DE 10 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BURITI/MA, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica deste município, e conforme disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação.

Rodrigo Carneiro Barbosa, CPF Nº 666.019.323 -53 e RG nº 117140937 SEJUSP/MA

Matheus Macedo da Silva, CPF Nº 050.010.633-96 e RG nº 021950962002-1 SSP/MA

Art. 2º- Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

I - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Riscos, realizando o alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. nº 3163-2025
Fls. 39
Rubrica

Art. 3º- A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Art. 4º - Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025;

Art. 5°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Buriti - MA, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7609ab890c0f4de6e4b6990c45aa1b10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

OFÍCIO Nº 003/2025-GABPREF

Ofício **nº 003/2025-GABPREF**
Carolina (MA), 09 de janeiro de 2025.

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 - 2028

Agência: n. 0291-7
Município: Carolina, Maranhão.

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do **Município de Carolina** CNPJ: **12.081.691/0001-84**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo Ente/Órgão, conforme segue:

OUTORGADOS COM NO MÍNIMO DUAS ASSINATURAS EM CONJUNTO

Nome Outorgado 1: **SÉRGIO DA SILVA FERREIRA**
CPF: 002.713.951-41
Cargo: Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Ass. Obrigatória: (x) sim ou **( )** não
E-mail: admfinancarolina@gmail.com **Telefone:** (94) 991325180

Nome Outorgado 2 : **CLEITON DE SOUSA GUIMARÃES**
CPF: 054.560.133-98
Cargo: Assessor Técnico de Finanças da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Ass Obrigatória: (x) sim ou **( )** não
E-mail: cltn.guimaraes12@gmail.com **Telefone:** (99) 992116670

009 - Emitir Cheques
010 - Abrir contas de depósito
020 - Receber, passar recibo e dar quitação
026 - Solicitar saldos, extratos e comprovantes
027 - Requisitar Talonário de cheques
036 - Retirar cheques devolvidos
038 - Endossar Cheque
094 - Sustar/ Contraordenar cheques
095 - Cancelar Cheques
096 - Baixar Cheques
098 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
099 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
100 - Efetuar saques - conta corrente
102 - Efetuar Saques de Poupança
104 - Efetuar pagamentos via BB digital PJ/AASP
105 - Efetuar transferências via BB Digital PJ/AASP
106 - Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
107 - Efetuar Transferências, exceto por meio eletrônico
118 - Consultar Contas/Aplic Programas Repasses Recursos Federais RPG
119 - Liberar Arq. De pagamentos via BB Digital PJ/AASP
124 - Solicitar saldos/extratos de Investimentos
126 - Emitir comprovantes
128 - Efetuar transferências para mesma titularidade via BB Digital PJ/AASP
133 - Encerrar Contas de Depósito
137 - Consultar obrigações do DDA via BB Digital PJ/AASP
149 - Assinar Instrumento de Convênio e Contrato de Prestação de Serviço

Assinalar para quais contas do Ente/Órgão os poderes serão vinculados:

(x) Todas as contas do CNPJ;
( ) Agência(s)/Conta(s) específica(s): _____

Em anexo, seguem cópias da Legislação e os Atos de nomeação dos outorgados com as devidas publicações.

Atenciosamente,

JAYME FONSECA ESPÍRITO SANTO
Prefeito Municipal de Carolina/MA
CPF nº 345.287.333-15

SÉRGIO DA SILVA FERREIRA
CPF: 002.713.951-41
Secretário Municipal de Administração,
Finanças, Planejamento e Urbanismo

CLEITON DE SOUSA GUIMARÃES
CPF; 054.560.133-98
Assessor Técnico de Finanças da Secretaria Municipal
de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo

Publicado por: WERISSON DIAS BARBOSA BRANDãO
Código identificador: 16ffd80976e788e5fff4991efebd06d3

OFÍCIO Nº 004/2025-GABPREF

Ofício **nº 004/2025-GABPREF**
Carolina(MA), 09 de janeiro de 2025.

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 - 2028

Agência: n. 0291-7
Município: Carolina, Maranhão.

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do **Município de Carolina** CNPJ: **12.081.691/0001-84**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 40
Rubrica:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

1. Informações Básicas

Número do processo: nº 3143/2025

2. Descrição da necessidade

O Município de Buriti/MA demanda a contratação de serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados para atender às necessidades operacionais permanentes relacionadas à execução de políticas públicas voltadas à infraestrutura urbana e rural, manutenção de vias públicas, recuperação de estradas vicinais, apoio a obras e serviços de engenharia, bem como ao atendimento de situações emergenciais.

A necessidade decorre da ampla extensão territorial do município, da predominância de áreas rurais com acesso por estradas vicinais e da recorrente necessidade de intervenções para garantir a trafegabilidade, a segurança da população e o adequado funcionamento dos serviços públicos essenciais, tais como transporte escolar, acesso às unidades de saúde, escoamento da produção agrícola e deslocamento das equipes de manutenção e fiscalização.

Ressalta-se que a frota própria municipal não é suficiente para atender, de forma simultânea e contínua, a totalidade das demandas existentes, seja em razão da limitação quantitativa de equipamentos, do desgaste natural decorrente do uso intensivo, da necessidade de manutenções preventivas e corretivas ou da sazonalidade das demandas, especialmente em períodos chuvosos, quando se intensificam os serviços de recuperação de vias, drenagem e atendimento a ocorrências emergenciais.

Além disso, determinadas atividades demandam equipamentos específicos e de maior porte, cujo custo de aquisição, manutenção e operação permanente não se mostra economicamente vantajoso para o Município, considerando a variabilidade de uso ao longo do exercício. Nesse contexto, a locação por hora trabalhada apresenta-se como alternativa técnica e economicamente adequada, permitindo flexibilidade operacional, racionalização dos recursos públicos e pronta resposta às demandas supervenientes.

A contratação pretendida visa, portanto, assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, contribuindo para a melhoria da infraestrutura municipal, a integração das comunidades urbanas e rurais, a mitigação de riscos decorrentes de eventos climáticos adversos e o atendimento tempestivo às necessidades da população do Município de Buriti/MA.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de desempenho necessários para assegurar a adequada execução dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados, garantindo eficiência, segurança, continuidade dos serviços públicos e adequada aplicação dos recursos públicos.

4.1 Requisitos técnicos dos equipamentos

Os equipamentos a serem disponibilizados deverão atender às especificações técnicas mínimas compatíveis com as atividades a serem executadas, encontrando-se em perfeito estado de funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva em dia, aptos à operação contínua e segura. Os equipamentos deverão ser adequados aos serviços de infraestrutura urbana e rural, terraplenagem, compactação, transporte de materiais, drenagem, apoio a obras públicas e ações emergenciais.

4.2 Requisitos operacionais

Os serviços deverão ser prestados por hora efetivamente trabalhada, conforme demanda apresentada pelo Município, de forma parcelada e sem obrigatoriedade de consumo mínimo. A contratada deverá garantir a disponibilidade dos equipamentos sempre que solicitada, observados os prazos e condições estabelecidos pela Administração, assegurando agilidade no atendimento das demandas e continuidade dos serviços essenciais.

4.3 Requisitos relativos a operadores e motoristas

A contratada deverá disponibilizar operadores e motoristas devidamente capacitados, habilitados e com experiência compatível com os equipamentos operados, observadas as exigências legais e normativas aplicáveis. Os profissionais deverão atuar em conformidade com as normas de segurança do trabalho, legislação trabalhista e boas práticas operacionais.

4.4 Requisitos de segurança, saúde e meio ambiente

A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas de segurança, saúde ocupacional e proteção ambiental vigentes, incluindo a adoção de medidas preventivas para redução de riscos operacionais, acidentes de trabalho, danos ambientais e impactos negativos às áreas de intervenção. A contratada deverá ser responsável pela adoção de práticas que minimizem a emissão de poluentes, o descarte irregular de resíduos e a degradação ambiental decorrente da operação dos equipamentos.

4.5 Requisitos de manutenção e responsabilidade operacional

A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como o fornecimento de insumos necessários à sua operação, tais como combustível, lubrificantes e peças, deverá ser de

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Doc. Nº 3143
Fls. 42

responsabilidade da contratada, garantindo a plena disponibilidade e o adequado desempenho dos equipamentos durante a execução dos serviços.

4.6 Requisitos de fiscalização e controle

A execução dos serviços deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização por parte da Administração Municipal, mediante registros das horas trabalhadas, identificação dos equipamentos utilizados, locais de operação e verificação da conformidade dos serviços executados com as demandas solicitadas, possibilitando o adequado controle da execução e do pagamento.

4.7 Requisitos legais e administrativos

A contratação deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, devendo a futura contratada comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, nos termos a serem definidos na fase de elaboração do Termo de Referência

5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para o atendimento da necessidade apresentada, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como a compatibilidade com a realidade administrativa e financeira do Município de Buriti/MA.

De forma geral, o mercado oferece duas alternativas principais para a execução dos serviços demandados: a utilização de frota própria municipal ou a contratação de empresa especializada para a locação de máquinas e veículos pesados, com fornecimento de operadores e motoristas.

No que se refere à utilização de frota própria, verificou-se que essa alternativa demandaria elevados investimentos iniciais para aquisição dos equipamentos, além de custos recorrentes com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, combustível, seguros, depreciação, armazenamento, logística, contratação e capacitação de operadores, bem como a necessidade de estrutura administrativa e técnica permanente para a gestão da frota. Ademais, considerando a variabilidade e a sazonalidade das demandas, especialmente em períodos chuvosos e em situações emergenciais, a manutenção de frota própria com capacidade suficiente para atender picos de demanda não se mostra economicamente vantajosa, podendo resultar em ociosidade dos equipamentos em determinados períodos do exercício.

Por outro lado, a locação de máquinas e veículos pesados, por hora trabalhada, com fornecimento de operadores ou motoristas, apresenta-se como solução mais flexível e eficiente, permitindo ao Município ajustar a contratação à real necessidade, sem a obrigatoriedade de manutenção permanente de ativos de alto custo. Essa alternativa possibilita a pronta mobilização de equipamentos adequados às diversas frentes de trabalho, reduz riscos operacionais, transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção e disponibilidade dos equipamentos e contribui para a racionalização dos recursos públicos.

O levantamento de mercado indicou, ainda, a existência de empresas aptas a fornecer os serviços pretendidos, com disponibilidade de equipamentos compatíveis com as especificações técnicas exigidas, demonstrando a viabilidade da contratação no mercado regional.

Ressalta-se que o Setor de Engenharia do Município elaborou o projeto básico correspondente à presente demanda, contemplando a definição técnica dos serviços, a descrição dos equipamentos necessários e a respectiva planilha de composição de custos, incluindo a aplicação do Benefício e Despesas Indiretas – BDI, em conformidade com as boas práticas de engenharia e os parâmetros de mercado, servindo como base técnica para a estimativa de custos e para a futura elaboração do Termo de Referência.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a locação de horas máquinas e veículos pesados, mediante Sistema de Registro de Preços, mostra-se tecnicamente viável, economicamente vantajosa e adequada às necessidades do Município de Buriti/MA, em detrimento da ampliação ou aquisição de frota própria.

6. Descrição da solução como um todo

A solução definida para atendimento da necessidade identificada consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para a contratação futura e eventual de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados, por hora efetivamente trabalhada, com fornecimento de operadores ou motoristas devidamente habilitados, conforme as demandas do Município de Buriti/MA.

A solução contempla a disponibilização de equipamentos adequados às diversas frentes de trabalho, abrangendo serviços de manutenção e recuperação de vias urbanas e estradas vicinais, terraplenagem, drenagem, apoio a obras públicas, transporte de materiais, ações emergenciais e demais atividades de interesse da Administração Municipal, conforme planejamento e solicitações das unidades demandantes.

A adoção do Registro de Preços permite maior flexibilidade operacional, uma vez que viabiliza contratações de forma parcelada e conforme a real necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados. Tal modelo é especialmente adequado à natureza variável e sazonal dos serviços, possibilitando resposta rápida a demandas emergenciais e adequação do uso dos recursos públicos ao longo do exercício financeiro.

Do ponto de vista técnico e econômico, a solução escolhida mostra-se mais vantajosa em comparação à manutenção ou ampliação de frota própria, considerando os elevados custos de aquisição, operação, manutenção, depreciação e gestão de equipamentos pesados, além da necessidade de estrutura permanente para sua administração. A contratação por meio de empresa especializada transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção, disponibilidade e desempenho dos equipamentos, reduzindo riscos operacionais e administrativos para o Município.

A solução está respaldada no projeto básico elaborado pelo Setor de Engenharia, que definiu as especificações técnicas dos serviços e dos equipamentos, bem como a planilha de composição

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 421

de custos, incluindo a aplicação do Benefício e Despesas Indiretas – BDI, servindo de base para a estimativa de custos e para a elaboração dos instrumentos convocatórios subsequentes.

Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos, assegurando condições adequadas para a execução das políticas públicas de infraestrutura e para o atendimento das necessidades da população do Município de Buriti/MA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base no histórico de utilização de máquinas e veículos pesados pelo Município de Buriti/MA, na análise das demandas recorrentes das secretarias municipais, na extensão da malha viária urbana e rural, na necessidade de manutenção periódica das estradas vicinais, bem como nas ações previstas no planejamento anual da Administração Municipal.

Considerou-se, ainda, a sazonalidade das demandas, especialmente em períodos chuvosos, quando há aumento significativo da necessidade de serviços de recuperação de vias, drenagem e atendimento a situações emergenciais, bem como a possibilidade de ocorrências imprevistas que demandem pronta atuação do Poder Público.

As quantidades foram estimadas em horas de utilização, de forma a permitir maior precisão no controle da execução e flexibilidade na contratação, sendo utilizadas exclusivamente como referência para fins de planejamento e formação de preços, não gerando obrigação de contratação integral ou imediata por parte da Administração.

As quantidades estimadas estão distribuídas por tipo de equipamento, conforme levantamento técnico realizado pelo Setor de Engenharia, nos seguintes termos:

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1.1	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1500	483,70	556,25	834.375,00
1.2	LOC-002	Próprio	LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	2500	409,40	470,81	1.177.025,00
1.3	LOC-003	Próprio	Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1500	383,98	441,57	662.355,00
1.4	LOC-004	Próprio	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1500	678,89	780,72	1.171.080,00
1.5	LOC-005	Próprio	Retroescavadeira de pneus - capacidade da	H	1500	296,12	340,53	510.795,00

			caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador					
1.6	LOC-006	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1500	482,55	554,93	832.395,00
1.7	LOC-007	Próprio	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1500	307,68	353,83	530.745,00
1.8	LOC-008	Próprio	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1500	496,91	571,44	857.160,00
1.9	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1500	529,64	609,08	913.620,00
1.10	LOC-010	Próprio	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	1000	474,07	545,18	545.180,00
1.11	LOC-011	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1500	595,71	685,06	1.027.590,00
						Total sem BDI		**7.880.340,00**
						Total do BDI		**1.181.980,00**
						Total Geral		**9.062.320,00**

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no projeto básico desenvolvido pelo Setor de Engenharia do Município de Buriti/MA, o qual contemplou a definição técnica dos serviços, a descrição dos equipamentos necessários e a planilha de composição de custos detalhada, construída a partir de tabelas oficiais e referenciais públicos reconhecidos para serviços de locação de máquinas e veículos pesados.

O orçamento elaborado considerou os quantitativos estimados em horas de utilização por tipo de equipamento, os custos diretos associados à operação, manutenção e disponibilização dos equipamentos, bem como a aplicação do Benefício e Despesas Indiretas – BDI, devidamente justificado, em conformidade com as boas práticas de engenharia e com os parâmetros de mercado.

Em razão da natureza do objeto e da utilização de base referencial oficial, o orçamento técnico elaborado pelo Setor de Engenharia supre a exigência de pesquisa de preços para fins de planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo suficiente para a

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 46

definição do valor estimado e para a adoção do Sistema de Registro de Preços, sem prejuízo de posterior validação na fase de elaboração do Termo de Referência e do procedimento licitatório.

Com base no referido projeto básico e na planilha de custos correspondente, o valor total estimado da contratação é de R$ 9.062.320,00 (nove milhões, sessenta e dois mil, trezentos e vinte reais).

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter referencial e não representa obrigação de contratação integral, uma vez que a execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade da Administração Municipal, observados os limites orçamentários e as condições estabelecidas no Sistema de Registro de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução proposta admite o parcelamento da contratação, uma vez que se trata de serviços de locação de máquinas e veículos pesados a serem executados de forma contínua e conforme a necessidade do Município de Buriti/MA, não sendo possível prever, com precisão, o momento exato, a frequência e a quantidade de horas de utilização de cada equipamento ao longo do exercício.

O parcelamento da execução, por meio do Sistema de Registro de Preços, mostra-se tecnicamente adequado e economicamente vantajoso, pois permite à Administração realizar as contratações de forma gradual, conforme a efetiva demanda das unidades administrativas, evitando a contratação antecipada de serviços desnecessários e reduzindo o risco de ociosidade dos recursos contratados.

Além disso, o parcelamento favorece a flexibilidade operacional, possibilitando o atendimento de demandas sazonais e emergenciais, especialmente em períodos chuvosos, quando há aumento significativo da necessidade de serviços de recuperação de vias, drenagem e intervenções emergenciais, sem comprometer o planejamento orçamentário e financeiro do Município.

Ressalta-se que o parcelamento não compromete a padronização técnica dos serviços nem a eficiência da execução, uma vez que os requisitos técnicos, operacionais e de desempenho dos equipamentos e dos serviços permanecem uniformes, conforme definidos no projeto básico e nos instrumentos técnicos da contratação.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução é a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a adequada execução da solução proposta, não se identifica a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes obrigatórias, uma vez que o objeto consiste na locação de máquinas e veículos pesados, com fornecimento de operadores ou motoristas, manutenção, insumos operacionais e demais encargos necessários à prestação dos serviços, os quais são de responsabilidade da futura contratada.

Eventuais contratações de materiais de construção, insumos ou execução de obras específicas poderão ocorrer de forma independente, conforme o planejamento e as demandas das secretarias municipais, não configurando interdependência direta com a presente contratação, tampouco condicionando sua execução.

Ressalta-se que a presente contratação possui autonomia operacional, podendo ser executada de forma independente, sem prejuízo de outras contratações administrativas em andamento ou futuras, não havendo sobreposição de objetos nem risco de fracionamento indevido.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações correlatas ou interdependentes essenciais à viabilização da solução proposta, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência e da segregação adequada dos objetos contratuais.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida encontra-se devidamente alinhada ao planejamento da Administração Pública Municipal, integrando as ações voltadas à manutenção e melhoria da infraestrutura urbana e rural do Município de Buriti/MA, bem como ao atendimento contínuo das demandas operacionais das secretarias municipais.

A solução proposta está compatível com as diretrizes do planejamento anual da Administração, especialmente no que se refere às metas de conservação da malha viária, melhoria das condições de trafegabilidade das estradas vicinais, apoio às obras públicas, garantia do acesso aos serviços essenciais e atendimento a situações emergenciais decorrentes de eventos climáticos adversos.

O objeto da contratação contribui diretamente para a execução das políticas públicas municipais relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural, à mobilidade, à segurança da população e à eficiência dos serviços públicos, estando em consonância com as ações previstas nos instrumentos de planejamento orçamentário e administrativo do Município.

Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços permite maior compatibilidade entre a contratação e o planejamento financeiro, possibilitando a utilização dos recursos de forma gradual e conforme a efetiva necessidade, sem comprometer o equilíbrio orçamentário e a execução das demais ações planejadas pela Administração Municipal.

12. Resultados Pretendidos

Com a implementação da solução proposta, pretende-se alcançar resultados que assegurem a melhoria da eficiência operacional da Administração Municipal e a adequada prestação dos serviços públicos à população do Município de Buriti/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 48

Espera-se, como resultado principal, a garantia da continuidade e da qualidade dos serviços de manutenção e recuperação da infraestrutura urbana e rural, especialmente das vias públicas e estradas vicinais, assegurando melhores condições de trafegabilidade, segurança e acessibilidade para a população.

Pretende-se, ainda, assegurar maior agilidade no atendimento às demandas emergenciais, especialmente em períodos chuvosos ou em situações críticas, reduzindo o tempo de resposta da Administração Municipal e mitigando os impactos negativos decorrentes de alagamentos, erosões, interrupções de vias e outros eventos adversos.

Outro resultado esperado é a racionalização do uso dos recursos públicos, por meio da contratação de serviços de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade, evitando a imobilização de capital com a aquisição e manutenção de frota própria, reduzindo custos operacionais e promovendo maior eficiência na gestão financeira.

Busca-se, também, ampliar a capacidade operacional do Município para apoiar a execução de obras públicas, serviços de terraplenagem, drenagem e transporte de materiais, contribuindo para a execução das políticas públicas municipais, o desenvolvimento urbano e rural e a melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, espera-se que a contratação proporcione maior previsibilidade, controle e transparência na execução dos serviços, com adequada fiscalização e acompanhamento das horas trabalhadas, assegurando conformidade com o planejamento municipal e com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação pretendida e assegurar sua adequada execução, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências administrativas, técnicas e legais:

Inicialmente, promover a consolidação e validação do Estudo Técnico Preliminar, do Documento de Formalização da Demanda e do projeto básico elaborado pelo Setor de Engenharia, incluindo a planilha de composição de custos com aplicação do Benefício e Despesas Indiretas – BDI, garantindo a coerência entre os documentos e o alinhamento com o planejamento municipal.

Em seguida, proceder à elaboração do Termo de Referência, observando as diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, com detalhamento das especificações técnicas, quantitativos estimados, critérios de medição, fiscalização, forma de execução dos serviços e demais condições necessárias à contratação.

Na sequência, deverá ser realizada a verificação da adequação orçamentária e financeira, assegurando a compatibilidade da contratação com as dotações disponíveis e com os instrumentos de planejamento orçamentário vigentes, bem como a definição da modalidade e do critério de julgamento mais adequados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Após a elaboração dos instrumentos técnicos e administrativos, a Administração deverá promover a instauração do procedimento licitatório, sob a forma do Sistema de Registro de

Preços, com ampla publicidade, observância aos princípios da isonomia, competitividade e transparência, e adoção das medidas necessárias à seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, deverão ser designados os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, com definição clara das atribuições, procedimentos de controle e registros das horas efetivamente trabalhadas, garantindo a adequada execução contratual, o correto pagamento dos serviços prestados e a observância do interesse público.

As providências nas fases de aquisição são de responsabilidade da Comissão de Contratação que rege o processo de contratação de acordo com a Lei 14.133/21.

As providências posteriores ficarão a cargo da Secretaria responsável pela solicitação dos serviços a serem adquiridos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução dos serviços de locação de máquinas e veículos pesados poderá ocasionar impactos ambientais pontuais, inerentes às atividades de infraestrutura, terraplenagem, transporte de materiais e manutenção de vias urbanas e rurais.

Entre os principais impactos potenciais, destacam-se a emissão de ruídos e de gases poluentes decorrentes da operação dos equipamentos, a geração de poeira em áreas de intervenção, a movimentação e compactação do solo, bem como a possibilidade de supressão ou alteração temporária da vegetação em trechos específicos, especialmente em áreas rurais ou de obras de drenagem.

Há, ainda, risco de contaminação do solo e de corpos d'água em razão de vazamentos de óleo, combustíveis ou outros insumos utilizados na operação e manutenção dos equipamentos, bem como impactos decorrentes do descarte inadequado de resíduos sólidos e materiais resultantes das atividades executadas.

Como medidas mitigadoras, a futura contratada deverá observar as normas ambientais vigentes, adotar boas práticas operacionais, manter os equipamentos em adequado estado de conservação, realizar o controle de emissões, promover a correta destinação de resíduos e adotar procedimentos preventivos para evitar vazamentos e danos ambientais.

Ressalta-se que os serviços possuem caráter predominantemente corretivo, preventivo e de manutenção da infraestrutura existente, não se tratando, em regra, de intervenções de grande porte ou de impacto ambiental significativo, sendo os impactos potenciais passíveis de mitigação por meio de medidas operacionais adequadas e da fiscalização contínua por parte da Administração Municipal.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são controláveis e compatíveis com a natureza dos serviços, desde que observadas as normas técnicas e ambientais aplicáveis.

15. Declaração de Viabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 50
Rubrica:

Esta equipe de planejamento declara **viável** está contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

A contratação pretendida mostra-se técnica, operacional, econômica e juridicamente viável, considerando a análise consolidada das necessidades do Município de Buriti/MA, das soluções disponíveis no mercado e dos elementos técnicos constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

Sob o aspecto técnico, verificou-se que a locação de máquinas e veículos pesados, com fornecimento de operadores ou motoristas, atende de forma adequada às demandas de manutenção e recuperação da infraestrutura urbana e rural, apoio a obras públicas, serviços de terraplenagem, drenagem e atendimento a situações emergenciais, sendo compatível com a complexidade e a natureza dos serviços a serem executados.

Do ponto de vista operacional, a solução proposta proporciona flexibilidade e agilidade na execução dos serviços, permitindo a contratação de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração Municipal, por meio do Sistema de Registro de Preços, o que se mostra especialmente adequado diante da sazonalidade e imprevisibilidade das demandas.

Quanto à viabilidade econômica, a análise de mercado demonstrou que a locação dos equipamentos é mais vantajosa do que a aquisição e manutenção de frota própria, considerando os elevados custos de investimento, depreciação, manutenção e gestão dos equipamentos pesados. Ademais, o valor estimado da contratação foi definido com base em projeto básico elaborado pelo Setor de Engenharia, com utilização de tabelas oficiais e planilha de custos detalhada, incluindo BDI, conferindo confiabilidade e adequação ao orçamento referencial adotado.

Sob o aspecto jurídico e administrativo, a contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios do planejamento, economicidade, eficiência, legalidade e interesse público, estando devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Municipal.

Diante do exposto, conclui-se que a solução proposta é viável e adequada para atendimento da necessidade identificada, recomendando-se o prosseguimento da contratação, nos termos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis
Contratação viável, podendo dar sequência no processo licitatório.

Buriti - MA, 11 de dezembro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 51
Rubrica:

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 06.117.071/0001-55

Equipe de Planejamento
Rodrigo Carneiro Barbosa, Matheus Macedo da Silva

Objeto Detalhado
Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

ESCALA DE PROBABILIDADES		
PROBABILIDADE	**DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES**	**PESO**
Muito Baixa	**Improvável**. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	**Rara.** De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	**Possível.** De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	**Provável.** De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade	8
Muito Alta	**Praticamente certa.** De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias indicam claramente essa possibilidade	10

ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS		
IMPACTO	**DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES**	**PESO**
Muito Baixo	**Mínimo** impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	**Pequeno** impacto nos objetivos (idem)	2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 52
Rubrica:

Médio	**Moderado** impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	**Significativo** impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
Muito Alto	**Catastrófico** impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

MATRIZ DE RISCO

MUITO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO	RISCO EXTREMO
ALTO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO
MÉDIO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO
MUITO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO
	MUITO BAIXA	**BAIXA**	**MÉDIA**	**ALTA**	**MUITO ALTA**

PROBABILIDADE

Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco Alto - Falta de clareza no escopo do serviço		
Etapa	**Impacto**	**Probabilidade**
Planejamento	Alto	Alta
Dano		
A definição inadequada do escopo pode resultar em execução insatisfatória dos serviços, divergências contratuais, dificuldades de fiscalização e prejuízos à continuidade dos serviços públicos.		
Ações Preventivas		**Responsável**
Realizar alinhamento técnico entre as unidades demandantes para consolidação das necessidades.		Secretaria Municipal de Infraestrutura
Elaborar Termo de Referência detalhado com base no ETP e no projeto básico.		Secretaria Municipal de Infraestrutura
Ações de Contingência		**Responsável**
Revisar e ajustar o escopo contratual, quando cabível, mediante instrumento próprio.		Secretaria Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 53
Rubrica:

Intensificar o acompanhamento da execução contratual para correções tempestivas.	Fiscal do Contrato

Risco Alto - Capacidade técnica insuficiente do fornecedor

Etapa	Impacto	Probabilidade
Seleção do Fornecedor	Alto	Média

Dano

A contratada pode não dispor de equipamentos adequados ou de capacidade operacional suficiente, comprometendo a qualidade, a regularidade e a continuidade dos serviços.

Ações Preventivas	Responsável
Definir requisitos de habilitação técnica compatíveis com a complexidade do objeto	Equipe de Planejamento
Exigir comprovação de capacidade técnica e operacional por meio de documentos e atestados	Comissão de Contratação
Ações de Contingência	**Responsável**
Aplicar penalidades contratuais previstas no instrumento convocatório	Gestor do Contrato
Promover rescisão contratual e adoção das medidas administrativas cabíveis	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Risco Médio - Atrasos na execução dos serviços

Etapa	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Médio	Média

Dano

Atrasos podem comprometer a manutenção das vias públicas, o atendimento a situações emergenciais e o cumprimento do planejamento municipal.

Ações Preventivas	Responsável
Estabelecer critérios claros de solicitação e execução dos serviços.	
Acompanhar sistematicamente a execução, com controle das horas efetivamente trabalhadas	Fiscal do Contrato
Ações de Contingência	**Responsável**
Readequar prazos mediante justificativa formal da contratada.	Gestor do Contrato
Aplicar sanções contratuais em caso de atrasos injustificados.	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Risco Médio - Falhas na fiscalização e no controle da execução

Etapa	Impacto	Probabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 54
Rubrica:

Gestão Contratual	Médio	Média	

Dano

A fiscalização inadequada pode resultar em pagamentos indevidos, serviços executados em desacordo com a demanda ou uso irregular dos equipamentos.

Ações Preventivas	**Responsável**
Designar formalmente fiscal do contrato.	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Estabelecer rotinas de controle e registro das medições por hora trabalhada	Fiscal do Contrato
Ações de Contingência	**Responsável**
Revisar medições e suspender pagamentos irregulares.	Gestor do Contrato
instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidades.	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Buriti - MA, 11 de dezembro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 55
Rubrica:

DESPACHO INTERNO

Setor de Planejamento
Para: Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Nesta ...

Prezada,
Devolvemos o presente processo ao setor demandante após a conclusão das atividades solicitadas.

Informamos que foram elaborados os seguintes documentos:

1. Estudo Técnico Preliminar;
2. Mapa de Classificação de Riscos.

Os arquivos elaborados estão anexados ao processo para análise e providências cabíveis. Caso haja necessidade de ajustes ou informações adicionais, estamos à disposição para colaborar.

Atenciosamente,

Buriti - MA, 11 de dezembro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 56
Rubrica:

DESPACHO INTERNO

Para: Setor de Demandante
Assunto: Elaboração de Termo de Referência

Prezado(a) Senhor(a),

Venho pelo presente solicitar a elaboração do Termo de Referência visando à formalização do Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

O Termo de Referência deverá ser elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar, no Documento de Formalização da Demanda e no projeto básico já desenvolvido pelo Setor de Engenharia, o qual contempla a descrição técnica dos serviços, a planilha de composição de custos e a aplicação do Benefício e Despesas Indiretas – BDI. Esclarece-se que o referido projeto básico, elaborado a partir de tabelas oficiais e referenciais públicos reconhecidos, supre a exigência de pesquisa de preços para fins de planejamento da contratação, nos termos da legislação vigente.

O documento deverá contemplar todas as especificações técnicas necessárias para garantir a execução eficiente dos serviços, observando os princípios da economicidade, viabilidade técnica, eficiência administrativa e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Ressalta-se, ainda, que, conforme dispõe o artigo 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023, a indicação prévia da dotação orçamentária não é obrigatória no momento da realização do Registro de Preços, sendo a reserva orçamentária exigida apenas na fase de formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente que venha a materializar a aquisição do objeto registrado. Dessa forma, a ausência de indicação orçamentária inicial não constitui óbice à regular tramitação do certame.

Após a elaboração, o Termo de Referência deverá ser submetido para análise e validação, a fim de assegurar que o procedimento esteja plenamente adequado às diretrizes administrativas, técnicas e legais.

Buriti/MA, 15 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 57
Rubrica:

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD
1	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1125
2	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	375
3	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	1875
4	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	625
5	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1125
6	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	375
7	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1125
8	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	375
9	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	1125
10	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	375
11	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1125
12	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	375
13	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1125
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	375
15	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1125
16	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	375

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 58
Rubrica:

17	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1125
18	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	375
19	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	750
20	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	250
21	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1125
22	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	375

1.2. A execução do serviço será monitorada e fiscalizada pela Administração Municipal, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme os requisitos técnicos e normativos estabelecidos no contrato.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
59
Fls.
Rubrica:

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

A execução do objeto ocorrerá por meio da locação de máquinas e veículos pesados, por hora efetivamente trabalhada, com fornecimento de operadores ou motoristas devidamente habilitados, conforme as demandas apresentadas pelo Município de Buriti/MA.

Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, não havendo obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos, em razão da natureza variável e sazonal das necessidades administrativas.

Os equipamentos deverão ser disponibilizados em perfeitas condições de funcionamento, aptos à operação contínua e compatíveis com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no projeto básico.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão executados em locais indicados pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Buriti/MA, abrangendo áreas urbanas e rurais.

O horário de execução será definido conforme a necessidade da Administração, podendo ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, mediante solicitação formal da unidade demandante ou do gestor do contrato.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

A execução dos serviços ocorrerá mediante solicitação formal da Administração, contendo a identificação do equipamento, o local de execução e a estimativa de horas necessárias.

A contratada deverá atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a pronta resposta às demandas emergenciais.

As horas efetivamente trabalhadas deverão ser registradas diariamente e submetidas à conferência e ao atesto da fiscalização designada, para fins de medição e pagamento.

A contratada deverá observar as normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços.

5.4 Materiais, insumos e responsabilidades operacionais

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 60

Caberá ao contratante o fornecimento do combustível necessário à operação das máquinas e veículos pesados, conforme planejamento e disponibilidade da Administração Municipal.

Será de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento de operadores e motoristas devidamente habilitados e capacitados, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo peças, lubrificantes, mão de obra técnica e demais insumos necessários à sua conservação e funcionamento.

A contratada deverá garantir que os equipamentos permaneçam em condições adequadas de uso durante toda a execução dos serviços, respondendo por eventuais falhas operacionais decorrentes de manutenção inadequada.

5.5 Requisitos da execução

Para fins de execução do objeto, a contratada deverá manter disponíveis equipamentos compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, comprovando, quando solicitado pela Administração, a propriedade, posse legítima ou disponibilidade dos bens, bem como a regularidade da manutenção dos equipamentos, por meio de laudos ou documentos técnicos

5.6 Forma de medição da execução

A medição dos serviços será realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, consideradas aquelas em que o equipamento estiver em operação produtiva, devidamente registradas e atestadas pela fiscalização.

Não serão computados períodos de inatividade, paralisações ou indisponibilidade dos equipamentos decorrentes de falhas de manutenção ou ausência de operadores por responsabilidade da contratada.

Para fins de execução do objeto, a contratada deverá manter disponíveis equipamentos compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, comprovando, quando solicitado pela Administração, a propriedade, posse legítima ou disponibilidade dos bens, bem como a regularidade da manutenção dos equipamentos, por meio de laudos ou documentos técnicos

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-25
Fls. 61
Rubrica:

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 62
Rubrica

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 63
Rubrica:

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à

empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, considerando os valores unitários apresentados para cada tipo de equipamento, conforme os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item justifica-se em razão da natureza do objeto, que envolve a locação de diferentes tipos de máquinas e veículos pesados, cada qual com características técnicas, custos operacionais, formas de utilização e demandas distintas,

permitindo a formação de preços individualizados, maior transparência na análise das propostas e verificação mais objetiva da exequibilidade, além de evitar compensações indevidas entre itens; tal critério também confere maior flexibilidade à Administração Municipal para contratar apenas os equipamentos efetivamente necessários, conforme a demanda, amplia a competitividade do certame ao possibilitar a participação de fornecedores especializados em itens específicos e se mostra plenamente compatível com o Sistema de Registro de Preços, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais

8.3. Nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, visando incentivar a participação dessas empresas nas contratações públicas, observados os princípios da isonomia, competitividade e interesse público.

8.3.1. Em atendimento ao art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sempre que o objeto se apresentar divisível e tecnicamente viável, observadas as condições estabelecidas no edital, ficando consignado que a definição dos itens ou grupos sujeitos à reserva de cota encontra-se expressamente detalhada na Descrição dos Serviços deste Termo de Referência, de forma a assegurar a plena compatibilidade com a execução do objeto, sem prejuízo à competitividade, à economicidade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Administração Municipal, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, observados os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A prestação dos serviços dar-se-á por hora efetivamente trabalhada, com disponibilização dos equipamentos solicitados no local, data e horário indicados, conforme a necessidade do Município de Buriti/MA, não havendo obrigatoriedade de contratação ou consumo mínimo por parte da Administração.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Justifica-se o caráter sigiloso do custo estimado da contratação com base no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, que visa resguardar a competitividade do certame e impedir a formação artificial de preços entre os licitantes. A divulgação prévia desse valor poderia comprometer a isonomia do processo licitatório, influenciando indevidamente as propostas apresentadas. Dessa forma, o orçamento estimado será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, garantindo a transparência, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somenteserá exigida para a formalização do contrato ou instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Buriti/MA, 17 de dezembro de 2025.

Luís Carlos Rodrigues dos Santos
Secretário Municipal de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 10
Rubrica:

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Pelo presente instrumento, eu, Giovana Colicchio Introvini, na qualidade de Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Buriti/MA, após análise e revisão do Termo de Referência referente ao Processo 3143/2025 e, de acordo com as diretrizes e normas internas da instituição, declaro que o referido documento está em conformidade com as exigências legais e normativas aplicáveis.

O Termo de Referência aprovado tem como objetivo a Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA, e estabelece as condições para a execução dos serviços, conforme descrito no documento.

Buriti/MA, 18 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 11
Rubrica:

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR

Para: Comissão de Contratação

Prezados,

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração e Finanças, encaminho à Comissão de Contratação os autos do Processo Administrativo nº 3143/2025, até o presente momento regularmente instruído, e AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, para Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados, de interesse do Município de Buriti/MA.

A presente autorização encontra fundamento no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis, considerando que o processo foi devidamente instruído com o Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, Mapa de Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência, os quais demonstram a necessidade, a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação.

Declaro

Para os fins do disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa decorrente da futura contratação, a ser formalizada por meio de Registro de Preços, é compatível com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, observando-se que a efetiva assunção da despesa e a correspondente reserva orçamentária ocorrerão no momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente, conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária do exercício financeiro correspondente.

Dessa forma, ficam autorizadas as providências necessárias ao regular prosseguimento do certame licitatório, devendo ser observadas, em todas as fases do procedimento, as exigências legais, regulamentares e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, planejamento, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência e interesse público.

Buriti/MA, 18 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 12
Rubrica:

CONSIDERANDO que cabe a este Poder Legislativo, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei nº. 14.1333/21, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são: **I -** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Prefeitura Municipal de Buriti - MA; **II** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório; **III -** Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas; **IV-** Indicar eventuais glosas das faturas.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear a Sr. Alailson Holanda Rodrigues, titular do CPF nº 054.027.213 – 27, e RG nº 037820242009-6 SSP/MA ao cargo em comissão de FISCAL DE CONTRATOS da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, em conformidade a Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º E designar para atuar nos contratos de Material de consumo (expediente e limpeza); material permanente; gêneros alimentícios; manutenção de Ar Condicionados.

Art. 3°. Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Buriti, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 52d8debe44315f318f8c565159151957

PORTARIA Nº 025/2025 GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI/MA**, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica do município e;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. José Fernandes Macedo Júnior, titular do CPF nº 026.115.793-00, e RG nº 238410220039, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação, atuar como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º Designar o Agente de Contratação acima nominado para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º- Designar o Sra. Francisca Selma de Souza Carvalho, titular CPF nº 516.099.833 – 00 e RG nº 064998482018-0 SSP/MA e o Sr. Marcel Ruan de Jesus da Silva, titular do CPF nº 080.487.373-96 e RG nº 0219348220027 SSP/MA, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas lotações, para comporem a comissão permanente de contratação deste Câmara Municipal.

Art. 4º- Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025;

Art. 5°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Buriti - MA, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: c14cd5f7f60b8cf8608311d5bb2d4663

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 13
Rubrica:

AUTUAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
MODALIDADE DA LICITAÇÃO Nº: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamentado no inciso I do artigo 28 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas regulamentações posteriores.
VALOR ESTIMADO: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somenteserá exigida para a formalização do contrato ou instrumento hábil.

Buriti – MA, 05 de janeiro de 2026.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 04
Rubrica:

DESPACHO

À Procuradoria Jurídica

Encaminho, para análise e emissão de parecer, a minuta do edital e seus anexos referentes ao Processo Administrativo nº 3143/2025, que trata da abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico para Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

Solicito que seja realizada a verificação quanto à regularidade jurídica da minuta, em especial a conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. Caso sejam identificadas eventuais inconsistências ou necessidade de ajustes, solicito que sejam indicadas as adequações pertinentes.

Dessa forma, aguardo o parecer jurídico para dar prosseguimento às próximas etapas do certame.

Buriti – MA, 05 de janeiro de 2026.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 75
Rubrica:

MINUTA DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 76
Rubrica:

MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA**, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria Nº 025/2025, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislação, sob as condiçõesestabelecidas neste ato convocatório e anexos. Torna público que fará realizar licitação, na modalidade **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BURITI-MA,** conforme detalhamentos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, parte integrante deste Edital, e condições a seguir estabelecidas:

DADOS DO CERTAME	
Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Finanças **Órgãos Participantes:**	
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA	
Esclarecimentos/Impugnações: Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema http://www.licitanet.com.br/	
Início da Sessão Eletrônica: **/**/2026 às **:**h **Limite acolhimento das propostas comerciais**: Dia **/**/2026 às **:**h **Abertura da sessão do pregão eletrônico:** Dia **/**/2026 às **:**h	
Sistema Eletrônico Utilizado: LICITANET **Endereço Eletrônico:** www.licitanet.com.br **Endereço para retirada do Edital**: www.licitanet.com.br, www.gov.br/pncp e www.buriti.ma.gov.br	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	☐ **Valor:** ☐Estimado ☐Máximo ☐Referência ☐ **Orçamento Sigiloso.**
NATUREZA DO OBJETO:	☐AQUISIÇÃO ☐SERVIÇO

MINUTA DO EDITAL

	☐OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	☐ Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação de Ampla Participação. ☒ Benefício do art. 48 §3º, ou seja, estabelece-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Justifica-se o benefício do art. 48 §3º da Lei Complementar 123/2006, pois é de interesse do Município de Buriti em suas contratações públicas, conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas.
Prazo para envio da proposta/documentação: 02 (duas) HORAS	
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro(a): José Fernandes Macedo Júnior	**e-mail:** contratapmburiti@gmail.com
Endereço: Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA	

OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

OBS: As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do LICITANET e vincularão os participantes e a administração.

O Edital está disponibilizado, na íntegra, Os documentos que integram o Edital poderão ser consultados no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.buriti.ma.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncp e através de solicitação no e-mail: contratapmburiti@gmail.com ou no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Buriti, situado na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, que poderá acarretar na aplicação das penalidades previstas no referido artigo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Referências da Parte	Definições da Parte Específica

MINUTA EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

Geral	
MODO DE DISPUTA	☐ABERTO ☐ABERTO E FECHADO
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	☐ POR ITEM ☐ POR LOTE ☐ POR GRUPO, e POR LOTE. ☐ GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☐MENOR PREÇO: Intervalo de **R$** **** ☐MAIOR DESCONTO: Intervalo de %

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 79
Rubrica

Sumário

1. DO OBJETO 5
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 5
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO 14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 19
11. DOS RECURSOS 20
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24

MINUTA DO EDITAL

PARTE GERAL

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens com a descrição COTA RESERVADA ME/EPP, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do *art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

MINUTA DO EDITAL

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

MINUTA DO EDITAL

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

MINUTA DO EDITAL

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

MINUTA DO EDITAL

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

MINUTA DO EDITAL

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00.

MINUTA DO EDITAL

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

MINUTA DO EDITAL

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas

MINUTA DO EDITAL

e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1.disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2.avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3.desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4.desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1.empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

MINUTA DO EDITAL

6.21.2.2.empresas brasileiras;

6.21.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 90
Rubrica:

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

MINUTA DO EDITAL

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

MINUTA DO EDITAL

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

MINUTA DO EDITAL

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de mínimo de duas horas, podendo ser prorrogável por igual período, desde que justificado, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11. A verificação da exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

MINUTA DO EDITAL

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, no site oficial da Prefeitura Municipal de Buriti e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

MINUTA DO EDITAL

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

MINUTA DO EDITAL

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buriti.ma.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

MINUTA DE EDITAL

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da

MINUTA DO EDITAL

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

MINUTA EDITAL

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no endereço da plataforma Licitante www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e www.buriti.ma.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

MINUTA DO EDITAL

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;

Buriti-MA, ** de **** de 20**

***

****

MENSAGEM

RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE FAÇAM O CADASTRAMENTO DE SUAS EMPRESAS NO SISTEMA, NO ENDEREÇO ABAIXO, PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO. **www.licitanet.com.br**

MINUTA DO EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD
1	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1125
2	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	375
3	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	1875
4	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	625
5	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1125
6	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	375
7	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1125
8	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	375
9	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	1125
10	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	375
11	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1125
12	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	375
13	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1125
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	375
15	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1125
16	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	375

17	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1125
18	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	375
19	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	750
20	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	250
21	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1125
22	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	375

1.2. A execução do serviço será monitorada e fiscalizada pela Administração Municipal, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme os requisitos técnicos e normativos estabelecidos no contrato.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ***(****) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

MINUTA DO EDITAL

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

A execução do objeto ocorrerá por meio da locação de máquinas e veículos pesados, por hora efetivamente trabalhada, com fornecimento de operadores ou motoristas devidamente habilitados, conforme as demandas apresentadas pelo Município de Buriti/MA.

Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, não havendo obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos, em razão da natureza variável e sazonal das necessidades administrativas.

Os equipamentos deverão ser disponibilizados em perfeitas condições de funcionamento, aptos à operação contínua e compatíveis com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no projeto básico.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão executados em locais indicados pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Buriti/MA, abrangendo áreas urbanas e rurais.

O horário de execução será definido conforme a necessidade da Administração, podendo ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, mediante solicitação formal da unidade demandante ou do gestor do contrato.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

A execução dos serviços ocorrerá mediante solicitação formal da Administração, contendo a identificação do equipamento, o local de execução e a estimativa de horas necessárias.

A contratada deverá atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a pronta resposta às demandas emergenciais.

As horas efetivamente trabalhadas deverão ser registradas diariamente e submetidas à conferência e ao atesto da fiscalização designada, para fins de medição e pagamento.

A contratada deverá observar as normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços.

MINUTA DO EDITAL

5.4 Materiais, insumos e responsabilidades operacionais

Caberá ao contratante o fornecimento do combustível necessário à operação das máquinas e veículos pesados, conforme planejamento e disponibilidade da Administração Municipal.

Será de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento de operadores e motoristas devidamente habilitados e capacitados, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo peças, lubrificantes, mão de obra técnica e demais insumos necessários à sua conservação e funcionamento.

A contratada deverá garantir que os equipamentos permaneçam em condições adequadas de uso durante toda a execução dos serviços, respondendo por eventuais falhas operacionais decorrentes de manutenção inadequada.

5.5 Requisitos da execução

Para fins de execução do objeto, a contratada deverá manter disponíveis equipamentos compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, comprovando, quando solicitado pela Administração, a propriedade, posse legítima ou disponibilidade dos bens, bem como a regularidade da manutenção dos equipamentos, por meio de laudos ou documentos técnicos

5.6 Forma de medição da execução

A medição dos serviços será realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, consideradas aquelas em que o equipamento estiver em operação produtiva, devidamente registradas e atestadas pela fiscalização.

Não serão computados períodos de inatividade, paralisações ou indisponibilidade dos equipamentos decorrentes de falhas de manutenção ou ausência de operadores por responsabilidade da contratada.

Para fins de execução do objeto, a contratada deverá manter disponíveis equipamentos compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, comprovando, quando solicitado pela Administração, a propriedade, posse legítima ou disponibilidade dos bens, bem como a regularidade da manutenção dos equipamentos, por meio de laudos ou documentos técnicos

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

MINUTA DO EDITAL

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

MINUTA DO EDITAL

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

MINUTA EDITAL

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

MINUTA DO EDITAL

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de

MINUTA DO EDITAL

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

MINUTA DO EDITAL

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, considerando os valores unitários apresentados para cada tipo de equipamento, conforme os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item justifica-se em razão da natureza do objeto, que envolve a locação de diferentes tipos de máquinas e veículos pesados, cada qual com características técnicas, custos operacionais, formas de utilização e demandas distintas, permitindo a formação de preços individualizados, maior transparência na análise das propostas e verificação mais objetiva da exequibilidade, além de evitar compensações indevidas entre itens; tal critério também confere maior flexibilidade à Administração Municipal para contratar apenas os equipamentos efetivamente necessários, conforme a demanda, amplia a competitividade do certame ao possibilitar a participação de fornecedores especializados em itens específicos e se mostra plenamente compatível com o Sistema de Registro de Preços, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais

8.3. Nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, visando incentivar a participação dessas empresas nas contratações públicas, observados os princípios da isonomia, competitividade e interesse público.

8.3.1. Em atendimento ao art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sempre que o objeto se apresentar divisível e tecnicamente viável, observadas as condições estabelecidas no edital, ficando consignado que a definição dos itens ou grupos sujeitos à reserva de cota encontra-se expressamente detalhada na Descrição dos Serviços deste Termo de Referência, de forma a assegurar a plena compatibilidade com a execução do objeto, sem prejuízo à competitividade, à economicidade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Administração Municipal, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, observados os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A prestação dos serviços dar-se-á por hora efetivamente trabalhada, com disponibilização dos equipamentos solicitados no local, data e horário indicados, conforme a necessidade do Município de

MINUTA DE EDITAL

Buriti/MA, não havendo obrigatoriedade de contratação ou consumo mínimo por parte da Administração.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

MINUTA DO EDITAL

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

MINUTA DE EDITAL

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviços de natureza e complexidade tecnológica e operacional compatíveis com o objeto da presente licitação, ou com o item para o qual o licitante apresentar proposta, mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados ou acompanhados dos elementos necessários à verificação de sua autenticidade, quando aplicável.

8.30.1. Para fins de comprovação da aptidão técnica, serão considerados compatíveis os atestados que demonstrem a execução anterior de serviços de locação de máquinas e/ou veículos pesados, por hora trabalhada ou regime equivalente, com fornecimento de operadores ou motoristas, envolvendo equipamentos de características técnicas similares aos previstos neste Termo de Referência.

8.30.2. A comprovação da aptidão técnica deverá evidenciar experiência compatível com o porte, a natureza, a relevância e a complexidade operacional do objeto, não sendo exigida identidade absoluta entre os quantitativos executados anteriormente e aqueles estimados neste certame, em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

MINUTA EDITAL

9.2. Justifica-se o caráter sigiloso do custo estimado da contratação com base no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, que visa resguardar a competitividade do certame e impedir a formação artificial de preços entre os licitantes. A divulgação prévia desse valor poderia comprometer a isonomia do processo licitatório, influenciando indevidamente as propostas apresentadas. Dessa forma, o orçamento estimado será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, garantindo a transparência, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somenteserá exigida para a formalização do contrato ou instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

MINUTA DO EDITAL

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM
PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/_____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/_____

OBJETO CONTRATUAL
.....

VALOR CONTRATUAL
R$ ..... (.....)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____

DADOS DO CONTRATANTE
RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ___.___.___-__

DADOS DO CONTRATADO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro...., Número...., Bairro...., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ___.___.___-__

FISCAL DO CONTRATO
Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF.., através da Unidade Administrativa Contratante ....., inscrita no CNPJ nº __.___.___/____-__, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto ..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ ..... (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1						
2						
3						
Valor Total					**R$ .....**	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

MINUTA EDITÁVEL

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriti deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: .....
CLASSIFICAÇÃO: .....
NATUREZA DA DESPESA: .....
FICHA: .....

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

MINUTA DO EDITAL

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 124

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buriti – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

_____

PELA CONTRATADA

_____

TESTEMUNHAS

_____

NOME:

_____

NOME:

MINUTA DO EDITAL

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Pregão Eletrônico Nº __/____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3143/2025

OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

VALOR TOTAL REGISTRADO
R$ 0,00 (valor por extenso)

VIGÊNCIAS
INICIAL: ___ de _____ de ____
FINAL: ___ de _____ de ____

ÓRGÃO GERENCIADOR
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)
Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde,

DADOS DO BENEFICIÁRIO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro…., Número…., Bairro…., Cidade….., Estado…...
Nome Responsavel Contratado….., CPF nº ___.___.___-__

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Prefeitura Municipal de Buriti – MA, através da Unidade Gerenciadora _____, inscrita no CNPJ nº _____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa

indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº __/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

MINUTA DO EDITAL

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

MINUTA DO EDITAL

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Buriti - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Buriti – MA, _____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/____

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/___

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº __/____, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

Buriti – MA, _____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 134
Rubrica:

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ___/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2025

À Comissão de Contratação / Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de _____

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no presente procedimento licitatório, que:

( ) Enquadra-se na condição de Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, inexistindo fatos supervenientes que impliquem no seu desenquadramento.
**Assinalar este item somente se a empresa se enquadrar como MEI, ME ou EPP.*

1. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, nos termos da Lei nº 9.854/1999.
2. Inexistem, até a presente data, fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
3. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo, nem se encontra suspensa de participar de licitação ou impedida de contratar com o Poder Público.
4. Não possui, em seu quadro de empregados, trabalhadores submetidos a trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
5. Compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
6. Está ciente e concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos, declarando que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles relacionados aos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação, bem como que atende plenamente aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
7. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em normas específicas, quando aplicáveis.

Declara, ainda, que as informações acima são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade pelas mesmas, para os devidos fins legais.

_____, _____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE Buri
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 135
Rubrica:

PARECER JURÍDICO

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 35f11b6b472c253fcbd4214c3f61fdd4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 136
Rubrica:

PORTARIA MUNICIPAL Nº 085/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido o **Sr.** Domingos Dias da Silva**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 515.796.343-20 e RG n° 042741442011 - 9, SSP/MA**, do cargo de Ouvidor Geral da Ouvidoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 9fa36297f1d07693f8b1300e7b2b5871

PORTARIA MUNICIPAL Nº 086/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** Domingos Dias da Silva**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 515.796.343-20 e RG n° 042741442011 - 9, SSP/MA**, Procurador Geral da Procuradoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: d9c05841b1505d78307166565b03b71c

PORTARIA MUNICIPAL Nº 087/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido o **Sr. José Vagner Ferreira dos Santos Júnior, brasileiro, portador do CPF 035.926.533-26**, do cargo de Assessor Técnico de Nível Médio I.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 137
Rubrica:

PARECER JURÍDICO. EMENTA: ANÁLISE JURÍDICO-FORMAL DE MINUTAS DE EDITAL E CONTRATO. REQUERENTE: COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO. **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO N.001/2026. **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°:**3143/2025. **TIPO/REGIME:** Menor preço por item.

Assunto: exame prévio do edital de licitação e minuta contratual para efeitos de cumprimento do art. 53, da Lei n. 14.133/21, atualizada. Constatação de regularidade. Aprovação.

Para exame e parecer deste Procurador de Assessoramento Jurídico, o Presidente da Comissão de Contratação o Processo Administrativo epigrafado, versando sobre licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do parágrafo único do art. 53, da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Sinalo que o presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta de edital, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então. Ocorre que o ato convocatório se caracteriza como uma das peças do processo, com atos anteriores que funcionam como condições necessárias à sua elaboração, sendo infrutífero analisá-lo como se fosse uma peça autônoma, apta a produzir efeitos por si só.

O exame prévio do edital consiste, via de regra[1], em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, os seguintes elementos:

a) autuação, protocolo e numeração;
b) especificação do objeto justificativa da contratação;
c) Estudo Técnico Preliminar;
d) autorização da autoridade competente;
e) indicação do recurso orçamentário para cobrir a despesa;
f) ato de designação da comissão;
g) edital numerado em ordem serial anual;

[1] Os itens de análise podem ser ampliados ou restringidos de acordo com a modalidade e objeto de licitação.

h) se preâmbulo do edital contém o nome da repartição interessada e de seu setor;

i) preâmbulo do edital indicando a modalidade e o tipo da licitação, bem como o regime de execução;

j) preâmbulo do edital mencionando que a licitação será regida pela legislação pertinente;

k) preâmbulo do edital anotando o local, dia e hora para início da sessão;

l) indicação do objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

m) indicação do prazo e as condições para a assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos;

n) indicação do prazo para execução do contrato ou entrega do objeto;

o) indicação das sanções para o caso de inadimplemento;

p) indicação do local onde poderá ser examinado e adquirido o termo de referência;

q) indicação das condições para participação da licitação;

r) indicação da forma de apresentação das propostas;

s) indicação do critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; indicação dos locais, horários de acesso para fornecimento de informações sobre a licitação aos interessados;

t) indicação dos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global;

u) indicação das condições de pagamento.

No que respeita à minuta contratual, incumbe ao parecista pesquisar a conformidade dos seguintes itens:

a) condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, estabelecidas com clareza e precisão;

b) registro das cláusulas necessárias:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os

critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração;

X - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao Pregão Eletrônico e à proposta do licitante vencedor;

XI - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XIII - cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual;

XIV - A duração dos contratos adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 106 da Lei n. 14.133/21.

Caso não sejam atendidos os requisitos acima mencionados, o processo segue à comissão de contratação para corrigir as não-conformidades, retornando ao Jurídico quando as exigências legais forem integralmente cumpridas. Havendo descumprimento de condições de menor relevância, o parecer de aprovação será condicional à correção/preenchimento dos elementos apontados como insuficientes.

Feitas as considerações iniciais, passo ao exame de estilo.

Compulsando os autos administrativos, verifico a conformidade do procedimento, edital e minuta contratual às normas da Lei n. 14.133/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 140
Rubrica:

Pelo fio do exposto e em atendimento ao disposto no art. 53, da Lei n. 14.133/21, opino pela **aprovação** da minuta do instrumento convocatório e do contrato.

Este é parecer. Contudo, submeto à retificação superior.

Buriti-MA, em 12 de janeiro de 2026.

Domingos Dias da Silva
Procurador Geral do Município
OAB-MA nº 28122

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 141
Rubrica:

Ao Sr.
José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação

Assunto: Parecer jurídico da Minuta do Edital

Encaminho ao agente de contratação o Parecer Jurídico, que trata da análise jurídico-formal das minutas de edital e contrato referentes ao Pregão Eletrônico nº 002/2026, no âmbito do Processo Administrativo nº 3143/2025, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA.

O parecer concluiu pela regularidade do procedimento e pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e do contrato, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, estando apto para prosseguimento das demais etapas do certame.

Dessa forma, determino a adoção das providências necessárias para a publicação do edital e a continuidade do processo licitatório, conforme as disposições legais vigentes.

Buriti-MA, em 12 de janeiro de 2026.

Domingos Dias da Silva
Procurador Geral do Município
OAB-MA nº 28122

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 142
Rubrica:

EDITAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA**, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria Nº 025/2025, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislação, sob as condiçõesestabelecidas neste ato convocatório e anexos. Torna público que fará realizar licitação, na modalidade **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BURITI-MA,** conforme detalhamentos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, parte integrante deste Edital, e condições a seguir estabelecidas:

DADOS DO CERTAME	
Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Finanças **Órgãos Participantes:**	
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA	
Esclarecimentos/Impugnações: Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema http://www.licitanet.com.br/	
Início da Sessão Eletrônica: 29/01/2026 às 09:00h **Limite acolhimento das propostas comerciais**: Dia 29/01/2026 às 08:59h **Abertura da sessão do pregão eletrônico:** Dia 29/01/2026 às 09:00h	
Sistema Eletrônico Utilizado: LICITANET **Endereço Eletrônico:** www.licitanet.com.br **Endereço para retirada do Edital**: www.licitanet.com.br, www.gov.br/pncp e www.buriti.ma.gov.br	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	☐ **Valor:** ☐Estimado ☐Máximo ☐Referência ☒ **Orçamento Sigiloso.**
NATUREZA DO OBJETO:	☐AQUISIÇÃO ☒SERVIÇO

	☐OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	☒ Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ☒ Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação de Ampla Participação. ☒ Benefício do art. 48 §3º, ou seja, estabelece-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Justifica-se o benefício do art. 48 §3º da Lei Complementar 123/2006, pois é de interesse do Município de Buriti em suas contratações públicas, conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas.
Prazo para envio da proposta/documentação: 02 (duas) HORAS	
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro(a): José Fernandes Macedo Júnior	**e-mail:** contratapmburiti@gmail.com
Endereço: Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA	
OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário. **OBS:** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do LICITANET e vincularão os participantes e a administração. O Edital está disponibilizado, na íntegra, Os documentos que integram o Edital poderão ser consultados no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.buriti.ma.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncp e através de solicitação no e-mail: contratapmburiti@gmail.com ou no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Buriti, situado na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). **ATENÇÃO.** Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, que poderá acarretar na aplicação das penalidades previstas no referido artigo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.	

PARTE ESPECÍFICA	
As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.	
Referências da Parte	**Definições da Parte Específica**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

Geral	
MODO DE DISPUTA	☐ABERTO ☒ABERTO E FECHADO
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	☒ POR ITEM ☐ POR LOTE ☐ POR GRUPO, e POR LOTE. ☐ GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒MENOR PREÇO: Intervalo de **R$ 10,00** ☐MAIOR DESCONTO: Intervalo de %

Sumário

1. DO OBJETO 5
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 5
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO 14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 19
11. DOS RECURSOS 20
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24

PARTE GERAL

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens com a descrição COTA RESERVADA ME/EPP, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do *art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas

e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1.disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2.avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3.desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4.desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1.empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2.empresas brasileiras;

6.21.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de mínimo de duas horas, podendo ser prorrogável por igual período, desde que justificado, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11. A verificação da exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, no site oficial da Prefeitura Municipal de Buriti e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buriti.ma.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2.recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3.pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4.deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1.recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no endereço da plataforma Licitante www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e www.buriti.ma.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 167
Rubrica:

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;

Buriti-MA, 14 de janeiro de 2026

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

MENSAGEM

RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE FAÇAM O CADASTRAMENTO DE SUAS EMPRESAS NO SISTEMA, NO ENDEREÇO ABAIXO, PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO. **www.licitanet.com.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 168
Rubrica:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti/MA.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD
1	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1125
2	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	375
3	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	1875
4	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	H	625
5	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	1125
6	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	H	375
7	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	1125
8	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	H	375
9	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	1125
10	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	H	375
11	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1125
12	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	375
13	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	1125
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	H	375
15	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	1125
16	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	H	375

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 169
Rubrica:

17	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1125
18	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	375
19	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	750
20	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	H	250
21	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1125
22	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	375

1.2. A execução do serviço será monitorada e fiscalizada pela Administração Municipal, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme os requisitos técnicos e normativos estabelecidos no contrato.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

A execução do objeto ocorrerá por meio da locação de máquinas e veículos pesados, por hora efetivamente trabalhada, com fornecimento de operadores ou motoristas devidamente habilitados, conforme as demandas apresentadas pelo Município de Buriti/MA.

Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, não havendo obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos, em razão da natureza variável e sazonal das necessidades administrativas.

Os equipamentos deverão ser disponibilizados em perfeitas condições de funcionamento, aptos à operação contínua e compatíveis com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no projeto básico.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão executados em locais indicados pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Buriti/MA, abrangendo áreas urbanas e rurais.

O horário de execução será definido conforme a necessidade da Administração, podendo ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, mediante solicitação formal da unidade demandante ou do gestor do contrato.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

A execução dos serviços ocorrerá mediante solicitação formal da Administração, contendo a identificação do equipamento, o local de execução e a estimativa de horas necessárias.

A contratada deverá atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a pronta resposta às demandas emergenciais.

As horas efetivamente trabalhadas deverão ser registradas diariamente e submetidas à conferência e ao atesto da fiscalização designada, para fins de medição e pagamento.

A contratada deverá observar as normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls: 171
Rubrica:

5.4 Materiais, insumos e responsabilidades operacionais

Caberá ao contratante o fornecimento do combustível necessário à operação das máquinas e veículos pesados, conforme planejamento e disponibilidade da Administração Municipal.

Será de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento de operadores e motoristas devidamente habilitados e capacitados, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo peças, lubrificantes, mão de obra técnica e demais insumos necessários à sua conservação e funcionamento.

A contratada deverá garantir que os equipamentos permaneçam em condições adequadas de uso durante toda a execução dos serviços, respondendo por eventuais falhas operacionais decorrentes de manutenção inadequada.

5.5 Requisitos da execução

Para fins de execução do objeto, a contratada deverá manter disponíveis equipamentos compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, comprovando, quando solicitado pela Administração, a propriedade, posse legítima ou disponibilidade dos bens, bem como a regularidade da manutenção dos equipamentos, por meio de laudos ou documentos técnicos

5.6 Forma de medição da execução

A medição dos serviços será realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, consideradas aquelas em que o equipamento estiver em operação produtiva, devidamente registradas e atestadas pela fiscalização.

Não serão computados períodos de inatividade, paralisações ou indisponibilidade dos equipamentos decorrentes de falhas de manutenção ou ausência de operadores por responsabilidade da contratada.

Para fins de execução do objeto, a contratada deverá manter disponíveis equipamentos compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, comprovando, quando solicitado pela Administração, a propriedade, posse legítima ou disponibilidade dos bens, bem como a regularidade da manutenção dos equipamentos, por meio de laudos ou documentos técnicos

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, considerando os valores unitários apresentados para cada tipo de equipamento, conforme os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item justifica-se em razão da natureza do objeto, que envolve a locação de diferentes tipos de máquinas e veículos pesados, cada qual com características técnicas, custos operacionais, formas de utilização e demandas distintas, permitindo a formação de preços individualizados, maior transparência na análise das propostas e verificação mais objetiva da exequibilidade, além de evitar compensações indevidas entre itens; tal critério também confere maior flexibilidade à Administração Municipal para contratar apenas os equipamentos efetivamente necessários, conforme a demanda, amplia a competitividade do certame ao possibilitar a participação de fornecedores especializados em itens específicos e se mostra plenamente compatível com o Sistema de Registro de Preços, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais

8.3. Nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, visando incentivar a participação dessas empresas nas contratações públicas, observados os princípios da isonomia, competitividade e interesse público.

8.3.1. Em atendimento ao art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sempre que o objeto se apresentar divisível e tecnicamente viável, observadas as condições estabelecidas no edital, ficando consignado que a definição dos itens ou grupos sujeitos à reserva de cota encontra-se expressamente detalhada na Descrição dos Serviços deste Termo de Referência, de forma a assegurar a plena compatibilidade com a execução do objeto, sem prejuízo à competitividade, à economicidade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Administração Municipal, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, observados os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A prestação dos serviços dar-se-á por hora efetivamente trabalhada, com disponibilização dos equipamentos solicitados no local, data e horário indicados, conforme a necessidade do Município de

Buriti/MA, não havendo obrigatoriedade de contratação ou consumo mínimo por parte da Administração.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviços de natureza e complexidade tecnológica e operacional compatíveis com o objeto da presente licitação, ou com o item para o qual o licitante apresentar proposta, mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados ou acompanhados dos elementos necessários à verificação de sua autenticidade, quando aplicável.

8.30.1. Para fins de comprovação da aptidão técnica, serão considerados compatíveis os atestados que demonstrem a execução anterior de serviços de locação de máquinas e/ou veículos pesados, por hora trabalhada ou regime equivalente, com fornecimento de operadores ou motoristas, envolvendo equipamentos de características técnicas similares aos previstos neste Termo de Referência.

8.30.2. A comprovação da aptidão técnica deverá evidenciar experiência compatível com o porte, a natureza, a relevância e a complexidade operacional do objeto, não sendo exigida identidade absoluta entre os quantitativos executados anteriormente e aqueles estimados neste certame, em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Justifica-se o caráter sigiloso do custo estimado da contratação com base no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, que visa resguardar a competitividade do certame e impedir a formação artificial de preços entre os licitantes. A divulgação prévia desse valor poderia comprometer a isonomia do processo licitatório, influenciando indevidamente as propostas apresentadas. Dessa forma, o orçamento estimado será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, garantindo a transparência, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somenteserá exigida para a formalização do contrato ou instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 182
Rubrica:

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM
PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/_____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/_____

OBJETO CONTRATUAL
.....

VALOR CONTRATUAL
R$ …….. (.....)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____

DADOS DO CONTRATANTE
RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro….., Número….., Bairro….., Cidade….., Estado…..
Nome Responsavel Contrante….., CPF nº ___.___.___-__

DADOS DO CONTRATADO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro…., Número…., Bairro…., Cidade….., Estado…...
Nome Responsavel Contratado….., CPF nº ___.___.___-__

FISCAL DO CONTRATO
Nome Fiscal Contrato…..

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante…. – UF.., através da Unidade Administrativa Contratante ….., inscrita no CNPJ nº __.___.___/____-__, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto ..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ ..... (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1						
2						
3						
Valor Total					**R$ .....**	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriti deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: .....
CLASSIFICAÇÃO: .....
NATUREZA DA DESPESA: .....
FICHA: .....

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:
11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buriti – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

_____

PELA CONTRATADA

_____

TESTEMUNHAS

_____

NOME:

_____

NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Pregão Eletrônico Nº __/____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3143/2025

OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

VALOR TOTAL REGISTRADO
R$ 0,00 (valor por extenso)

VIGÊNCIAS
INICIAL: ___ de _____ de ____
FINAL: ___ de _____ de ____

ÓRGÃO GERENCIADOR
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)
Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde,

DADOS DO BENEFICIÁRIO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro…., Número…., Bairro…., Cidade….., Estado…...
Nome Responsavel Contratado….., CPF nº ___.___.___-__

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Prefeitura Municipal de Buriti – MA, através da Unidade Gerenciadora _____, inscrita no CNPJ nº _____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa

indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº __/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Buriti - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Buriti – MA, _____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/____

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/___

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº __/____, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

Buriti – MA, _____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ___/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2025

À Comissão de Contratação / Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de _____

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no presente procedimento licitatório, que:

( ) Enquadra-se na condição de Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, inexistindo fatos supervenientes que impliquem no seu desenquadramento.
**Assinalar este item somente se a empresa se enquadrar como MEI, ME ou EPP.*

1. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, nos termos da Lei nº 9.854/1999.
2. Inexistem, até a presente data, fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
3. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo, nem se encontra suspensa de participar de licitação ou impedida de contratar com o Poder Público.
4. Não possui, em seu quadro de empregados, trabalhadores submetidos a trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
5. Compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
6. Está ciente e concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos, declarando que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles relacionados aos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação, bem como que atende plenamente aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
7. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em normas específicas, quando aplicáveis.

Declara, ainda, que as informações acima são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade pelas mesmas, para os devidos fins legais.

_____, _____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 202
Rubrica:

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 203
Rubrica:

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Licitação na Modalidade Pregão, a se processar de forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA. Abertura dia 29/01/2026, às 09h00min, Endereço Eletrônico: www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se disponível para consulta ou retirado no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.buriti.ma.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncp, para obter demais informações através do e-mail contratapmburiti@gmail.com ou na sala da comissão de contratação situada na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA, no horário das 08h00min às 12h00min.

Buriti/MA, 14 de janeiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 204
Rubrica:

Edital nº 002/2026

Última atualização 27/02/2026

Acessar Contratação

Local: Buriti/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE BURITI

Unidade compradora: 4249 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 15/01/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 15/01/2026 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 29/01/2026 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06117071000155-1-000002/2026 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veiculos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 3.048.115,00 * Esta compra possui itens com orçamento sigiloso	R$ 1.592.788,75

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 205
Rubrica

do contrato.

Junte o presente apostilamento ao contrato.

Balsas/MA, 12 de janeiro de 2026

Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária
Diego Silva Scherer
Portaria nº 04/2025

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código identificador: d4492854f5c5f2aba0699d7cb2b5a8b2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Licitação na Modalidade Pregão, a se processar de forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA. Abertura dia 29/01/2026, às 09h00min, Endereço Eletrônico: www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se disponível para consulta ou retirado no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.buriti.ma.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncp, para obter demais informações através do e-mail contratapmburiti@gmail.com ou na sala da comissão de contratação situada na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA, no horário das 08h00min às 12h00min. Buriti/MA, 14 de janeiro de 2026. Giovana Colicchio Introvini, Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 56e773178f30374febcb59ee5cb7d6a3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2026, assinado em 14/01/2026. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômica e Social do Município de Buriti-MA. Processo Administrativo nº 121/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômica e Social, CNPJ nº 15.441.564/0001-37, CONTRATADO: A C C SOUZA LTDA, CNPJ nº 28.007.993/0001-42. Valor Global: R$ 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais). Vigência Inicial: 14 de janeiro de 2026. Vigência Final: 13 de abril de 2026. Sherlyane Machado de Oliveira - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Buriti - MA, 14 de janeiro de 2026.

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: d05b379bd58726e7d34888b47becb89a

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	3380/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	003/2026
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM PROCESSOS DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, BEM COMO PROCESSOS PRESENTES NAS INSTÂNCIAS SUPERIORES (STF, STJ, TCU) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BURITI/MA.
VALOR GLOBAL:	R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

PREÂMBULO
Aos 14 de Janeiro de 2026, após analisado o resultado do Inexigibilidade n° 003/2026, referente ao processo administrativo em epígrafe, venho por meio do presente **RATIFICAR** a presente Inexibilidade de licitação, em conformidade com o Quadro Resultado e nos termos do inciso IV do Art. 71. da Lei 14.133/2021.
QUADRO RESULTADO

PEDRO BRAID SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA | 26.694.651/0001-12 **Total de Itens: 1 | Valor Total: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) anual.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 206
Rubrica:

São Luís

Vara da Infância e da Juventude disciplina participação de crianças e adolescentes no Carnaval de 2026

As agremiações ou responsáveis por eventos, brincadeiras, danças, grupos ou escolas de samba têm até 30 de janeiro de 2026 para solicitar a autorização, junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, de participação de crianças em bailes e desfiles do carnaval deste ano na capital maranhense. O juiz titular da unidade judiciária, José Américo Abreu Costa, editou portaria disciplinando a entrada e permanência de crianças e adolescentes em eventos carnavalescos e suas participações nos desfiles.

O documento (Portaria-TJ nº 138/2026) também estabelece as medidas referentes ao procedimento de requerimento de alvarás judiciais para as festas do Carnaval de 2026. A portaria trata sobre a participação de crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos) em eventos públicos, bailes e desfiles e congêneres, que se apresentarem na passarela do samba, vias e logradouros públicos ou em ambientes privados com ou sem venda de ingressos.

A participação de crianças, independente se acompanhadas ou não dos pais ou responsáveis legais, somente ocorrerá mediante apresentação do Alvará Judicial expedido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís. O alvará deve ser solicitado pelo responsável legal pelo evento ou agremiação, junto à Divisão de Proteção Integral (DPI), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

De acordo com a portaria, é proibida a participação de crianças menores de seis anos de idade, acompanhados ou não, após a meia noite. Para àquelas nas faixas etárias entre seis e 12 anos incompletos será permitida até as 2h, desde que acompanhadas. Já a presença de adolescentes será permitida, sem limitação de horário, sem a exigência do alvará judicial, mas somente com a autorização expressa do pai, mãe ou responsável legal.

Fica dispensada a expedição de Alvará Judicial para bailes infantojuvenis, com término previsto para a 0h, desde que as crianças ou adolescentes estejam acompanhados de seus pais ou responsáveis legais. Excetuam-se também das restrições as festas ou eventos carnavalescos de cunho familiar, assim como festividades ou brincadeiras promovidas por instituições escolares, religiosas ou similares, em que a responsabilidade quanto ao acesso, permanência e participação de crianças ou adolescentes fica a cargo dos pais ou responsáveis legais.



Prazo para solicitar a autorização para participação de crianças e adolescentes, no Carnaval de 2026, vai até 30 de janeiro

OBRIGAÇÕES

Os responsáveis pelas agremiações e eventos carnavalescos devem manter à disposição dos comissários de Justiça ou das forças policiais, quando solicitados durante fiscalização, o alvará judicial e a relação nominal dos adolescentes com as respectivas autorizações acompanhadas de cópia do RG e CPF do pai/mãe ou responsável legal que autoriza e do RG ou certidão de nascimento do adolescente.

O descumprimento das determinações previstas na portaria impedirá a participação da criança ou adolescente que estiver de forma irregular.

Também ensejará aos responsáveis por escola de samba, eventos, blocos ou brincadeiras carnavalescas, auto de infração administrativa, sem prejuízo de outras medidas judiciais cabíveis.

Fica proibida, em crianças e adolescentes, a utilização de quaisquer objetos, vestuários ou adereços de fantasias capazes de oferecer riscos à integridade física dos participantes, bem como que atentem contra a sua dignidade ou que ofendam a moral ou o pudor atinente às suas idades.

Aplicativo do Empório Fribal reforça conveniência e incentiva compras completas pelo celular

Há quatro meses no ar, o aplicativo do Empório Fribal vem consolidando uma nova forma de compra para os clientes da marca, unindo praticidade, conveniência e vantagens exclusivas.

A plataforma permite que os consumidores realizem suas compras diretamente pelo celular e recebam os produtos em casa, com a mesma qualidade, variedade e curadoria que já fazem parte da experiência nas lojas físicas.

Com navegação intuitiva, o app facilita a compra de um mix completo de produtos, de carnes especiais e padaria a vinhos, mercearia e itens gourmet, incentivando compras mais completas e planejadas.

Além disso, o aplicativo oferece ofertas exclusivas e benefícios como frete grátis na primeira compra, ampliando o valor percebido pelo cliente.

A iniciativa reforça o compromisso do Empório Fribal com inovação e excelência no atendimento, ampliando as possibilidades de compra e levando a experiência da delicatessen até onde o cliente estiver.

Disponível para download por meio de QR Code e nas principais plataformas digitais.



Com o novo aplicativo disponível, o Empório Fribal vai até o cliente, que pode fazer compras de forma mais ágil e com muita comodidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Licitação na Modalidade Pregão, a se processar de forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA. Abertura dia 29/01/2026, às 09h00min, Endereço Eletrônico: www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se disponível para consulta ou retirado no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.buriti.ma.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncp, para obter demais informações através do e-mail contratapmburiti@gmail.com ou na sala da comissão de contratação situada na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti-MA, no horário das 08h00min às 12h00min.

Buriti/MA, 14 de janeiro de 2026.
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS-MA
AVISO DE LICITAÇÃO.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

A Prefeitura Municipal de Balsas-MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando o Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para a execução de obra de drenagem pluvial profunda, na Cidade de Balsas/MA. A sessão será realizada através do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC, pelo endereço eletrônico www.bnc.org.br, com data de abertura agendada para 02 de fevereiro de 2026 às 08h:30min. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.balsas.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC, www.bnc.org.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Balsas - MA, 14 de janeiro de 2026.Caroline Alves Ribeiro. Secretária Municipal de Licitações e Contratos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO

REAVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 009/2025

A Prefeitura Municipal de Rosário – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando a Formação de Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para Prestação de serviços de reforma e revitalização de praças públicas do município de Rosário MA. A sessão será realizada através do Portal Licita Rosario, pelo endereço eletrônico https://licitarosariorma.com.br/, com data de abertura agendada para 30 de janeiro de 2026 às 09:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.rosario.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licita Rosario, https://licitarosariorma.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).Rosário - MA, 14 de janeiro de 2026.

Rickson Soares dos Santos
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. CONCORRÊNCIA Nº 002/2026. O Município de Matões do Norte/MA, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer por intermédio da Secretária Municipal, torna público, que **realizará às 08:30 (oito horas e trinta minutos) do dia 30 de janeiro de 2026,** licitação na modalidade Concorrência, na plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br. **OBJETO**: Contratação de empresa de engenharia especializada para Conclusão da Construção de Escola de 4 Salas, Padrão FNDE no Município de Matões do Norte/MA, conforme Termo de Compromisso nº 169603, Conforme Projeto Básico. Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022, Decreto Municipal nº 071/2023, **além das demais legislações correlatas e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.matoesdonorte.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplmatoesdonorte.ma@hotmail. com bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Av. Dr. Antonio Sampaio, nº 100, Centro, CEP: 65.468-000. 15 de janeiro de 2026. **Domingos Araújo Casa Nova - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. CONCORRÊNCIA Nº 003/2026. O Município de Matões do Norte/MA, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer por intermédio da Secretária Municipal, torna público, que **realizará às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) do dia 30 de janeiro de 2026,** licitação na modalidade Concorrência, na plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br. **OBJETO**: Contratação de empresa de engenharia especializada para Conclusão da Construção de 12 Salas, Padrão FNDE no Município de Matões do Norte/MA, conforme Termo de Compromisso nº 167520, Conforme Projeto Básico. Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022, Decreto Municipal nº 071/2023, **além das demais legislações correlatas e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.matoesdonorte.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplmatoesdonorte.ma@hotmail. com bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Av. Dr. Antonio Sampaio, nº 100, Centro, CEP: 65.468-000. 15 de janeiro de 2026. **Domingos Araújo Casa Nova - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.**

NOTA DE COMPARECIMENTO

Solicito o comparecimento do colaborador **JOAO MARCOS PACHECO FIGUEIREDO,** na sede da empresa **EDECONSIL** localizada na AVENIDA JOSÉ SARNEY Nº 500 SÃO CRISTOVÃO SÃO LUIS – MA CEP 65.055-300, no prazo de até **48 horas** para tratar de assunto do seu interesse .

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025 – CPL

A Comissão Permanente de Licitação torna público aos interessados que em sessão realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025 - CPL tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - SINFRA. Foi declarada vencedora do certame a empresa: L L SANTOS COMERCIO & SERVIÇOS LTDA. Elizangela Lima Alencar – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANHÃOZINHO – MA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO - ELETRÔNICA Nº 002/2026.

A Prefeitura Municipal de Maranhãozinho – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Unitário, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS À AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DO MUNICÍPIO DE MARANHÃOZINHO/MA. A **sessão será realizada através** do Portal Licita Maranhãozinho, pelo endereço eletrônico https://www.licitamaranhaozinho.com.br/, **com data de abertura agendada para 27 de janeiro de 2026 às** 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.maranhaozinho.ma.gov.br, **ou ainda pelo endereço Portal Licita Maranhãozinho,** https://www.licitamaranhaozinho.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Maranhãozinho - MA, 13 de janeiro de 2025.

CYAN MAGENTA YELLOW BLACK

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 207
Rubrica:

RELATÓRIO DE PROPOSTA INICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 208
Rubrica:
LICITANET

MUNICIPIO DE BURITI/ MA

Proposta Inicial

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 3143/2025

ITEM 1

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 278,63	R$ 313.458,75

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,22	R$ 495.247,50

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	R$ 551.250,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 562.500,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,62	R$ 563.197,50

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 600,00	R$ 675.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 209
Rubrica:

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 700,00	R$ 787.500,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
1	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 2

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 278,63	R$ 104.486,25

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,22	R$ 165.082,50

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	R$ 183.750,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 187.500,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 210
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,62	R$ 187.732,50

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 600,00	R$ 225.000,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 700,00	R$ 262.500,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
2	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 3

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 235,91	R$ 442.331,25

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 375,00	R$ 703.125,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,00	R$ 731.250,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 211
Rubrica:

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 423,72	R$ 794.475,00

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,22	R$ 825.412,50

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 843.750,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 600,00	R$ 1.125.000,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
3	1875.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 19.500.000.000,00

ITEM 4

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 235,91	R$ 147.443,75

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIMA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 212
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 256,72	R$ 160.450,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 375,00	R$ 234.375,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,00	R$ 243.750,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 423,72	R$ 264.825,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 281.250,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 600,00	R$ 375.000,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
4	625.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 6.500.000.000,00

ITEM 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 213
Rubrica:

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 221,19	R$ 248.838,75

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 240,00	R$ 270.000,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 320,00	R$ 360.000,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 393.750,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,00	R$ 438.750,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 397,41	R$ 447.086,25

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 400,00	R$ 450.000,00

Fornecedor - 07.109.963/0001-77 - A CASA PADRAO LOCACAO DE MAQUINAS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 09:40 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 214
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 720,00	R$ 810.000,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
5	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 6

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 221,19	R$ 82.946,25

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 240,00	R$ 90.000,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 320,00	R$ 120.000,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 131.250,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,00	R$ 146.250,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 215
Rubrica:

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 397,41	R$ 149.028,75

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 400,00	R$ 150.000,00

Fornecedor - 07.109.963/0001-77 - A CASA PADRAO LOCACAO DE MAQUINAS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 09:40 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 720,00	R$ 270.000,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
6	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 7

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 250,00	R$ 281.250,00

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 250,00	R$ 281.250,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 216
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,86	R$ 439.717,50

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 506.250,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 562.500,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 680,00	R$ 765.000,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 702,64	R$ 790.470,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
7	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 8

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 250,00	R$ 93.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITIANA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 217
Rubrica:

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 250,00	R$ 93.750,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,86	R$ 146.572,50

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 168.750,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 187.500,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 680,00	R$ 255.000,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 702,64	R$ 263.490,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
8	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 218
Rubrica:

ITEM 9

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 170,77	R$ 192.116,25

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 225,58	R$ 253.777,50

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 306,47	R$ 344.778,75

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 310,00	R$ 348.750,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 393.750,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 562.500,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 219
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 562.500,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
9	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 10

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 170,77	R$ 64.038,75

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 225,58	R$ 84.592,50

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 306,47	R$ 114.926,25

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 310,00	R$ 116.250,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 220
Rubrica

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 131.250,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 187.500,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 187.500,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
10	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 11

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 277,97	R$ 312.716,25

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 506.250,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 221
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 499,43	R$ 561.858,75

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 562.500,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 562.500,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 545,00	R$ 613.125,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 850,00	R$ 956.250,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
11	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 12

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 222
Rubrica

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 277,97	R$ 104.238,75

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 168.750,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 499,43	R$ 187.286,25

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 187.500,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 500,00	R$ 187.500,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 545,00	R$ 204.375,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 850,00	R$ 318.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 223
Rubrica

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
12	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 13

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 200,00	R$ 225.000,00

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 223,92	R$ 251.910,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 290,00	R$ 326.250,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 318,44	R$ 358.245,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 335,00	R$ 376.875,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 224
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 342,00	R$ 384.750,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 393.750,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
13	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 14

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 200,00	R$ 75.000,00

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 223,92	R$ 83.970,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 290,00	R$ 108.750,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 318,44	R$ 119.415,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 225
Rubrica:

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 335,00	R$ 125.625,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 342,00	R$ 128.250,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 131.250,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
14	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 15

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 240,00	R$ 270.000,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 250,00	R$ 281.250,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 286,22	R$ 321.997,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 226

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 393.750,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 400,00	R$ 450.000,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 514,29	R$ 578.576,25

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 550,00	R$ 618.750,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
15	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 16

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 240,00	R$ 90.000,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 227
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 250,00	R$ 93.750,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 286,22	R$ 107.332,50

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 131.250,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 400,00	R$ 150.000,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 514,29	R$ 192.858,75

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 550,00	R$ 206.250,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
16	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 17

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 228
Rubrica

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 210,00	R$ 236.250,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 305,04	R$ 343.170,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 330,00	R$ 371.250,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 393.750,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 506.250,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 548,17	R$ 616.691,25

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 589,00	R$ 662.625,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143- 2025
Fls. 229

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
17	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 18

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 210,00	R$ 78.750,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 305,04	R$ 114.390,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 330,00	R$ 123.750,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 131.250,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	R$ 168.750,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 548,17	R$ 205.563,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 230
Rubrica:

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 589,00	R$ 220.875,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
18	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

ITEM 19

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 262.500,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 262.500,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 380,00	R$ 285.000,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	R$ 367.500,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 231
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	R$ 367.500,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,66	R$ 367.995,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 950,00	R$ 712.500,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
19	750.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 7.800.000.000,00

ITEM 20

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 87.500,00

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 87.500,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 232
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 380,00	R$ 95.000,00

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	R$ 122.500,00

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	R$ 122.500,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,66	R$ 122.665,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 950,00	R$ 237.500,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
20	250.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 2.600.000.000,00

ITEM 21

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 233
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 343,03	R$ 385.908,75

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 400,00	R$ 450.000,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,00	R$ 495.000,00

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 600,00	R$ 675.000,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 616,55	R$ 693.618,75

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 620,00	R$ 697.500,00

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 650,00	R$ 731.250,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 234
Rubrica:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
21	1125.0000	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 11.700.000.000,00

ITEM 22

Fornecedor - 31.624.972/0001-80 - R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS - ME/EPP Data: 26/01/2026 17:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 343,03	R$ 128.636,25

Fornecedor - 19.022.197/0001-98 - E. C. VERAS SERVICOS - ME/EPP Data: 28/01/2026 22:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 400,00	R$ 150.000,00

Fornecedor - 10.540.733/0001-72 - GRA-SERVIÇOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 08:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,00	R$ 165.000,00

Fornecedor - 31.372.068/0001-25 - REAL EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 19:12 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 600,00	R$ 225.000,00

Fornecedor - 04.714.410/0001-55 - FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME/EPP Data: 29/01/2026 07:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 616,55	R$ 231.206,25

Fornecedor - 12.063.530/0001-68 - LOK + LTDA - ME/EPP Data: 27/01/2026 17:21 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 620,00	R$ 232.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 235
Rubrica:

Fornecedor - 18.166.662/0001-00 - CONSTRUMAIS - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 28/01/2026 12:35 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 650,00	R$ 243.750,00

Fornecedor - 08.866.317/0001-17 - JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTDA - ME/EPP Data: 16/01/2026 22:06 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	R$ Valor Unitário	R$ Valor Total
22	375.0000	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 10.400.000,00	R$ 3.900.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 236
Rubrica:

RELATÓRIO DE PROPOSTA FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 237
Rubrica:
LICITANET

MUNICIPIO DE BURITI/ MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 3143/2025

PROPOSTA FINAL PROCESSO

Fornecedor: R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS CNPJ: 31.624.972/0001-80

Representante: RAFAEL DOS SANTOS EWERTON

Telefone: (98) 3197-3469

E-mail: mreobraseservicos@gmail.com

Endereço: AVENIDA CORONEL COLARES MOREIRA, 3 - JARDIM RENASCENCA, SAO LUIS - Maranhão - 65075-441

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
1	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 278,63	R$ 313.458,75
3	1.875,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 235,91	R$ 442.331,25
7	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,86	R$ 439.717,50
8	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 390,86	R$ 146.572,50
9	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 170,77	R$ 192.116,25
11	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 277,97	R$ 312.716,25
15	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 286,22	R$ 321.997,50
17	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 305,04	R$ 343.170,00
18	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 305,04	R$ 114.390,00
21	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 343,03	R$ 385.908,75

Total R$ 3.012.378,75

Fornecedor: FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 04.714.410/0001-55

Representante: RAIMUNDO NONATO SILVA

Telefone: (98) 9195-7887

E-mail: versatilcontconsult@gmail.com

Endereço: AVENIDA ATALIBA VIEIRA ALMEIDA, 1400 - CENTRO, Chapadinha - Maranhão - 65500-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
2	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 283,68	R$ 106.380,00
4	625,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 240,11	R$ 150.068,75
5	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 225,20	R$ 253.350,00
6	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 225,20	R$ 84.450,00
10	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 173,67	R$ 65.126,25
12	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 279,12	R$ 104.670,00
13	1.125,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 194,60	R$ 218.925,00
14	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 194,60	R$ 72.975,00
16	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 287,43	R$ 107.786,25
19	750,00	H	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 299,84	R$ 224.880,00
20	250,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 299,84	R$ 74.960,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 238

22	375,00	H	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 344,58	R$ 129.217,50

Total R$ 1.592.788,75

Validade da proposta: Conforme estipulado no Edital.

Condições de entrega do produto ou execução dos serviços: Conforme estipulado no Edital.

Garantia legal: Conforme especificação do Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 239
Rubrica:

PROPOSTA FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 240
Rubrica:

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ N° 04.714.410/0001-55
Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00

PROPOSTA READEQUADA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

À Comissão de Contratação / Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de BURITI -MA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta readequada relativa a licitação em epígrafe, objetivando O Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados com operador de interesse do Município de Buriti -MA, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão a prestação de serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - **PROPONENTE:**

1.1. - **Razão Social:** FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA

1.2. – **Endereço:** Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00

1.3. - **C.N.P.J.:** 04.714.410/0001-55

ITENS

	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE (HORAS)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ITEM 2.	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	375	R$ 283,68	R$ 106.380,00
ITEM 10.	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	375	R$ 176,67	R$ 65.126,25
ITEM 12.	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	375	R$ 279,12	R$ 104.670,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 241
Rubrica:

ITEM 14.	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	375	R$ 194,60	R$ 72.975,00
ITEM 20.	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	250	R$ 299,84	R$ 74.960,00
ITEM 22.	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	375	R$ 344,58	R$ 129.217,50
TOTAL: **R$ 553.328,75** (QUINHENTOS E CINQUENTA E TRES MIL, TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).				

2. PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA: a presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias, contados da abertura dos envelopes de preços.

3. PRAZO PROPOSTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: os produtos serão fornecidos de acordo com as Ordens de Serviços dada FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ N° 04.714.410/0001-55, Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00 pela Prefeitura Municipal de Buriti -MA.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: concordamos com a forma de pagamento e demais exigências previstas no Edital e na Minuta de Contrato.

5. DECLARAÇÃO: Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos a contribuições fiscais e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias ao fornecimento dos produtos.

Atenciosamente,

Chapadinha -MA, 29 de janeiro de 2026.

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA:04714410000155

Assinado de forma digital por FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA:04714410000155
Dados: 2026.01.29 11:46:09 -03'00'

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA
RAIMUNDO NONATO SILVA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 206.570.303-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 242
Rubrica:

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ N° 04.714.410/0001-55
Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00

PROPOSTA READEQUADA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

À Comissão de Contratação / Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de BURITI -MA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta readequada relativa a licitação em epígrafe, objetivando O Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados com operador de interesse do Município de Buriti -MA, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão a prestação de serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - **PROPONENTE:**

1.1. - **Razão Social:** FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA

1.2. – **Endereço:** Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00

1.3. - **C.N.P.J.:** 04.714.410/0001-55

ITENS

	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE (HORAS)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ITEM 2.	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	375 H	R$ 283,68	R$ 106.380,00
ITEM 4.	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	625 H	R$ 240,11	R$ 150.068,75
ITEM 6.	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	375 H	R$ 225,20	R$ 84.450,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 243
Rubrica:

ITEM 10.	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	375 H	R$ 176,67	R$ 65.126,25
ITEM 12.	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	375 H	R$ 279,12	R$ 104.670,00
ITEM 13.	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operador	1.125 H	R$ 194,60	R$ 218.925,00
ITEM 14.	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	375 H	R$ 194,60	R$ 72.975,00
ITEM 19.	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	750 H	R$ 299,84	R$ 224.880,00
ITEM 20.	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	250 H	R$ 299,84	R$ 74.960,00
ITEM 22.	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	375 H	R$ 344,58	R$ 129.217,50
TOTAL: **R$ 1.231.652,50** (UM MILHAO, DUZENTOS E TRINTA E UM MIL, SEICENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).				

2. PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA: a presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias, contados da abertura dos envelopes de preços.

3. PRAZO PROPOSTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: os produtos serão fornecidos de acordo com as Ordens de Serviços dada FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ N° 04.714.410/0001-55, Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00 pela Prefeitura Municipal de Buriti -MA.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: concordamos com a forma de pagamento e demais exigências previstas no Edital e na Minuta de Contrato.

5. DECLARAÇÃO: Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos a contribuições fiscais e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias ao fornecimento dos produtos.

Atenciosamente,

Chapadinha -MA, 29 de janeiro de 2026.

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA:04714410000155

Assinado de forma digital por FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA:04714410000155
Dados: 2026.01.29 14:22:59 -03'00'

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA
RAIMUNDO NONATO SILVA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 206.570.303-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 244
Rubrica:

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ N° 04.714.410/0001-55
Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00

PROPOSTA READEQUADA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

À Comissão de Contratação / Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de BURITI -MA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta readequada relativa a licitação em epígrafe, objetivando O Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados com operador de interesse do Município de Buriti -MA, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão a prestação de serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - **PROPONENTE:**

1.1. - **Razão Social:** FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA

1.2. – **Endereço:** Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00

1.3. - **C.N.P.J.:** 04.714.410/0001-55

ITENS

	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE (HORAS)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ITEM 2.	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	375 H	R$ 283,68	R$ 106.380,00
ITEM 4.	COTA RESERVADA ME/EPP - LOCACÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³ - INCLUSO MOTORISTA	625 H	R$ 240,11	R$ 150.068,75
ITEM 5.	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	1.125 H	R$ 225,20	R$ 253.350,00
ITEM 6.	COTA RESERVADA ME/EPP - Locação de Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	375 H	R$ 225,20	R$ 84.450,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 245
Rubrica:

ITEM 10.	COTA RESERVADA ME/EPP - Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW - incluso operador	375 H	R$ 176,67	R$ 65.126,25
ITEM 12.	COTA RESERVADA ME/EPP - Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	375 H	R$ 279,12	R$ 104.670,00
ITEM 13.	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operador	1.125 H	R$ 194,60	R$ 218.925,00
ITEM 14.	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator agrícola sobre pneus - 77 kW - inclusive operadpr	375 H	R$ 194,60	R$ 72.975,00
ITEM 19.	COTA AMPLA CONCORRÊNCIA - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	750 H	R$ 299,84	R$ 224.880,00
ITEM 20.	COTA RESERVADA ME/EPP - Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão - incluso motorista	250 H	R$ 299,84	R$ 74.960,00
ITEM 22.	COTA RESERVADA ME/EPP - Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	375 H	R$ 344,58	R$ 129.217,50
TOTAL: **R$ 1.485.0002,50** (UM MILHAO, QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO MIL, DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).				

2. PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA: a presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias, contados da abertura dos envelopes de preços.

3. PRAZO PROPOSTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: os produtos serão fornecidos de acordo com as Ordens de Serviços dada FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ N° 04.714.410/0001-55, Av. Ataliba Vieira de Almeida, n° 1400A, Centro, Chapadinha - MA, CEP 65500-00 pela Prefeitura Municipal de Buriti -MA.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: concordamos com a forma de pagamento e demais exigências previstas no Edital e na Minuta de Contrato.

5. DECLARAÇÃO: Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos a contribuições fiscais e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias ao fornecimento dos produtos.

Atenciosamente,

Chapadinha -MA, 29 de janeiro de 2026.

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA:04714410000155

Assinado de forma digital por FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA:04714410000155
Dados: 2026.01.29 16:29:14 -03'00'

FOCO EMPREENDIMENTOS LTDA
RAIMUNDO NONATO SILVA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 206.570.303-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 246
Rubrica:

PROPOSTA FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 247
Rubrica:

MRE
Obras & Serviços

CARTA PROPOSTA

Ilmo. Sr.(ª)
Pregoeiro(ª)
Prefeitura Municipal de Buriti – MA.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3143/2025

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

PLANILHAS DA PROPOSTA ENEXAS

1. Proponente:

Razão Social: **R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS**

CNPJ: 31.624.972/0001-80

Endereço: AVENIDA COLARES MOREIRA N º 3 BAIRRO JARDIM RENASCENÇA EDIFICIO BUSSINES CENTER SALA 605 SÃO LUIS – MA CEP 65075-441

2. Representante legal que assinará o Contrato:

Nome: **RAFAEL DOS SANTOS EWERTON**

Cédula de identidade/órgão emissor: **0000934879982**

CPF: **008.822.103-27**

Cargo/Função: **SOCIO-PROPRIETÁRIO**

3. Proposta de Preços: Valor total: **R$ 457.560,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS.)**

4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

5. Prazo de entrega: Conforme estabelecido no contrato e cronograma físico-financeiro do projeto básico e anexo a esta proposta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 248

6. Dados Bancários: **BANCO DO BRASIL AGENCIA: 3650-1 CONTA CORRENTE: 129.550-0**

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

São Luís, 29 de Janeiro de 2026.

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 12:55:42 -03'00'

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVIÇOS
CNPJ: 31.624.972/0001-80
RAFAEL DOS SANTOS EWERTON
SOCIO PROPRIETARIO
RG:000093487998-2
CPF: 008.822.103-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 249
Rubrica:

MRE Obras & Serviços

Obra
LOCAÇÃO DE MAQUINAS - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**LOCAÇÃO DE MAQUINAS**		**1**		**457.560,00**	**457.560,00**	**100,00 %**
1.1	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	H	1500	265,26	305,04	457.560,00	100,00 %

Total sem BDI	**397.890,00**
Total do BDI	**59.670,00**
Total Geral	**457.560,00**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 13:00:43 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 250
Rubrica:

MRE Obras & Serviços

Composições Analíticas com Preço Unitário
LOCAÇÃO DE MAQUINAS - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1,0000000	265,26	265,26
Composição Auxiliar	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	31,27	31,27
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	25,0000000	5,94	148,50
Insumo	E9571	SICRO3	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	Equipamento	H	0,2443479	349,88	85,49
				MO sem LS => 11,76		LS => 12,27	MO com LS =>	24,03
				Valor do BDI => 39,78			Valor com BDI =>	305,04

Composições Auxiliares

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,12	0,12
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0050900	23,91	0,12
				MO sem LS => 0,05		LS => 0,07	MO com LS =>	0,12
				Valor do BDI => 0,01			Valor com BDI =>	0,13

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	31,27	31,27
Composição Auxiliar	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,12	0,12
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	23,91	23,91
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO	Material	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 251
Rubrica:

Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	4,23	4,23
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material		H	1,0000000	0,89	0,89
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	0,60	0,60
				MO sem LS =>	11,76	LS =>	12,27	MO com LS =>	24,03
				Valor do BDI =>	4,69			Valor com BDI =>	35,96

Total sem BDI	**397.890,00**
Total do BDI	**59.670,00**
Total Geral	**457.560,00**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 13:00:59 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 252
Rubrica:

OBJETO
LOCAÇÃO DE MAQUINAS - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
LOC-009	Próprio	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1.500,0	305,04	457.560,00	100,00	100,00

Total sem BDI	**397.890,00**
Total do BDI	**59.670,00**
Total Geral	**457.560,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 253
Rubrica:

MRE
Obras & Serviços

OBJETO
LOCAÇÃO DE MAQUINAS - Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

Curva ABC de Insumos

Código	Banco	Grupo	Descrição	Tipo	Und	Quantidade	Valor Unitário		Total			Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado
							Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Geral				
00004221	SINAPI		OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	37.500,0000000		6,83		256.162,50		256.162,50	55,96%	256.162,50	55,96%
89571	SICRO3		Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	Equipamento	H	388,5218500	0,0000000	402,36	95,96	147.474,21	0,00	147.474,21	32,23%	403.636,71	88,22%
00020020	SINAPI		MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.507,6350000		27,50		41.454,69		41.454,69	9,06%	445.091,40	97,27%
00037370	SINAPI		ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.500,0000000		4,86		7.296,75		7.296,75	1,59%	452.388,15	98,87%
00037372	SINAPI		EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.500,0000000		1,64		2.466,75		2.466,75	0,54%	454.854,90	99,41%
00043488	SINAPI		EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.500,0000000		1,02		1.535,25		1.535,25	0,34%	456.390,15	99,74%
00037371	SINAPI		TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.500,0000000		0,69		1.035,00		1.035,00	0,23%	457.425,15	99,97%
00037373	SINAPI		SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.500,0000000		0,09		136,00		136,00	0,03%	457.563,15	100,00%
00043464	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.500,0000000		0,01		17,25		17,25	0,00%	457.580,40	100,00%

Equipamento	R$ 147.474,21
Equipamento para Aquisição Permanente	R$ 0,00
Mão de Obra	R$ 41.454,69
Material	R$ 268.651,50
Serviços	R$ 0,00
Taxas	R$ 0,00
Administração	R$ 0,00
Aluguel	R$ 0,00
Venda	R$ 0,00
Transporte	R$ 0,00
Encargos Complementares	R$ 0,00
Franquia	R$ 0,00
Outros	R$ 0,00
Total sem BDI	**387.890,00**
Total do BDI	**59.670,00**
Total Geral	**457.560,00**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 13:01:10 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 254
Rubrica:

Obra
Cópia de: LOCAÇÃO DE MAQUINAS MRE ITEM 9

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
1	LOCAÇÃO DE MAQUINAS Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - incluso operador	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
		457.560,00	38.114,75	38.114,75	38.114,75	38.114,75	38.114,75	38.114,75	38.114,75	38.114,75	38.160,50	38.160,50	38.160,50	38.160,50
Porcentagem			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
Custo			38.114,74	38.114,74	38.114,74	38.114,74	38.114,74	38.114,74	38.114,74	38.114,74	38.160,50	38.160,50	38.160,50	38.160,50
Porcentagem Acumulado			8,33%	16,66%	24,99%	33,32%	41,65%	49,98%	58,31%	66,64%	74,98%	83,32%	91,66%	100,0%
Custo Acumulado			38.114,74	76.229,48	114.344,22	152.458,96	190.573,70	228.688,44	266.803,18	304.917,92	343.078,42	381.238,92	419.399,42	457.560,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 255
Rubrica:

CÁLCULO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS SOCIAIS

MRE
Obras & Serviços

		NÃO DESONERADO	
		HORISTA	MENSALISTA
A	**GRUPO A**	**31,00%**	**31,00%**
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	0,00%	0,00%
A3	SENAI	0,00%	0,00%
A4	INCRA	0,00%	0,00%
A5	SEBRAE	0,00%	0,00%
A6	Salário Educação	0,00%	0,00%
A7	Seguro Contra Acidentes Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
B	**GRUPO B**	**47,31%**	**18,17%**
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,97%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,56%	Não incide
B8	Auxilio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	11,16%	8,48%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
C	**GRUPO C**	**10,81%**	**8,22%**
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,17%	2,41%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,60%	1,98%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
D	**GRUPO D**	**15,06%**	**5,93%**
D1	Reincidência de A sobre B	**14,67%**	**5,63%**
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	**0,40%**	**0,30%**
	TOTAL	**104,18%**	**63,32%**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 13:01:23 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 256
Rubrica:

Faixa de BDI* (Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário):

COMPOSIÇÃO DE BDI

DESCRIÇÃO	BDI ADOTADO - % (Inserir percentuais)
Administração Central (AC)	1,50
Seguro e Garantia (S+G)	0,30
Risco (R)	0,56
Despesas Financeiras (DF)	0,85
Lucro (L)	3,50
Impostos *(soma dos itens abaixo)*	**7,09**
COFINS	3,00
PIS	0,65
ISS***	3,44
INSS (Alíquota desoneração)****	0,00
TOTAL BDI COM IMPOSTOS *	**15,00**

(*) Item 9.2.1 Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário: Quando a taxa de BDI indicada pelo Tomador estiver fora dos patamares estipulados, o detalhamento do BDI deve ser acompanhado de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico

(**) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

(***) Item 9.3.2.3 Acordao 2622/2013 - TCU - Plenario: Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, a ***base de cálculo*** *e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um*

(****) A análise da planilha orçamentária COM Desoneração possibilita a consideração de alíquota de 4,5% na composição do BDI, no item tributos

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórc

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$$

Onde:
AC: Administração Central
S: Seguro
R: Risco
G: Garantia
DF: Despesas Financeiras
L: Lucro
I: Impostos

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 13:01:35 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 257
Rubrica

IMRE
Obras & Serviços

CARTA PROPOSTA

Ilmo. Sr.(ª)
Pregoeiro(ª)
Prefeitura Municipal de Buriti – MA.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3143/2025

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

PLANILHAS DA PROPOSTA ENEXAS

1. Proponente:

Razão Social: **R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS**

CNPJ: 31.624.972/0001-80

Endereço: AVENIDA COLARES MOREIRA N º 3 BAIRRO JARDIM RENASCENÇA EDIFICIO BUSSINES CENTER SALA 605 SÃO LUIS – MA CEP 65075-441

2. Representante legal que assinará o Contrato:

Nome: **RAFAEL DOS SANTOS EWERTON**

Cédula de identidade/órgão emissor: **0000934879982**

CPF: **008.822.103-27**

Cargo/Função: **SOCIO-PROPRIETÁRIO**

3. Proposta de Preços: Valor total: **R$ 1.646.531,25 (HUM MILHÃO, SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS.)**

REFRENTES AOS ITENS CONFORME PLANILHA DA PROPÓSTA READEQUADA EM ANEXOS.

4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 258
Rubrica:

MRE
Obras & Serviços

5. Prazo de entrega: Conforme estabelecido no contrato e cronograma físico-financeiro do projeto básico e anexo a esta proposta.

6. Dados Bancários: **BANCO DO BRASIL AGENCIA: 3650-1 CONTA CORRENTE: 129.550-0**

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

São Luís, 29 de Janeiro de 2026.

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 17:31:22 -03'00'

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVIÇOS
CNPJ: 31.624.972/0001-80
RAFAEL DOS SANTOS EWERTON
SOCIO PROPRIETARIO
RG:000093487998-2
CPF: 008.822.103-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 259
Rubrica

MRE
Obras & Serviços

CARTA PROPOSTA

Ilmo. Sr.(ª)
Pregoeiro(ª)
Prefeitura Municipal de Buriti – MA.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3143/2025

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de locação de horas máquinas e veículos pesados de interesse do Município de Buriti-MA

PLANILHAS DA PROPOSTA ENEXAS

1. Proponente:

Razão Social: **R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS**

CNPJ: 31.624.972/0001-80

Endereço: AVENIDA COLARES MOREIRA N º 3 BAIRRO JARDIM RENASCENÇA EDIFICIO BUSSINES CENTER SALA 605 SÃO LUIS – MA CEP 65075-441

2. Representante legal que assinará o Contrato:

Nome: **RAFAEL DOS SANTOS EWERTON**

Cédula de identidade/órgão emissor: **0000934879982**

CPF: **008.822.103-27**

Cargo/Função: **SOCIO-PROPRIETÁRIO**

3. Proposta de Preços: Valor total: **R$ 1.012.083,75 (HUM MILHÃO, DOZE MIL E OITENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS.)**

REFRENTES AOS ITENS CONFORME PLANILHA DA PROPÓSTA READEQUADA EM ANEXOS.

4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

IMRE
Obras & Serviços

5. Prazo de entrega: Conforme estabelecido no contrato e cronograma físico-financeiro do projeto básico e anexo a esta proposta.

6. Dados Bancários: **BANCO DO BRASIL AGENCIA: 3650-1 CONTA CORRENTE: 129.550-0**

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

São Luís, 29 de Janeiro de 2026.

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 15:06:33 -03'00'

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVIÇOS
CNPJ: 31.624.972/0001-80
RAFAEL DOS SANTOS EWERTON
SOCIO PROPRIETARIO
RG:000093487998-2
CPF: 008.822.103-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 261
Rubrica:

MRE Obras & Serviços

Obra
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BURITI-MA

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

PLANILHA ORÇAMENTARIA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			LOCAÇÃO DE MAQUINAS		1		1.012.083,75	1.012.083,75	100,00 %
1.1	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	H	1125	242,29	278,63	313.458,75	30,97 %
1.2	LOC-011	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	H	1125	241,72	277,97	312.716,25	30,90 %
1.3	LOC-021	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	H	1125	298,29	343,03	385.908,75	38,13 %

Total sem BDI	**880.087,50**
Total do BDI	**131.996,25**
Total Geral	**1.012.083,75**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:54:00 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 262
Rubrica:

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	242,29	242,29
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	00004239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA)	Mão de Obra		H	1,0000000	27,54	27,54
Insumo	E9524	SICRO3	Motoniveladora - 93 kW	Equipamento		H	0,2844143	337,37	95,95
				MO sem LS =>	13,48	LS =>	14,06	MO com LS =>	27,54
				Valor do BDI =>	36,34			Valor com BDI =>	278,63

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-011	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	241,72	241,72
Insumo	E9515	SICRO3	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	Equipamento		H	0,3016586	344,87	104,03
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra		H	1,0000000	18,89	18,89
				MO sem LS =>	9,25	LS =>	9,64	MO com LS =>	18,89
				Valor do BDI =>	36,25			Valor com BDI =>	277,97

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	LOC-021	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS		H	1,0000000	298,29	298,29
Composição Auxiliar	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	25,59	25,59
Insumo	E9540	SICRO3	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	Equipamento		H	0,3409997	451,32	153,90
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	20,0000000	5,94	118,80
				MO sem LS =>	8,98	LS =>	9,37	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI =>	44,74			Valor com BDI =>	343,03

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:54:44 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 263
Rubrica:

Composições Auxiliares

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95364	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,15	0,15
Insumo	00004248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra		H	0,0083100	18,20	0,15
				MO sem LS =>	0,07	LS =>	0,08	MO com LS =>	0,15
				Valor do BDI =>	0,02			Valor com BDI =>	0,17

	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88301	SINAPI	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	25,59	25,59
Composição Auxiliar	95364	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,15	0,15
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material		H	1,0000000	0,89	0,89
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00004248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra		H	1,0000000	18,20	18,20
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	4,23	4,23
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	0,60	0,60
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material		H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	1,43	1,43
				MO sem LS =>	8,98	LS =>	9,37	MO com LS =>	18,35
				Valor do BDI =>	3,83			Valor com BDI =>	29,42

Total sem BDI	**880.087,50**
Total do BDI	**131.996,25**
Total Geral	**1.012.083,75**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:54:59 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 264
Rubrica:

MRE
Obras & Serviços

Obra
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

Curva ABC de Insumos

Código	Banco	Grupo	Descrição	Tipo	Und	Quantidade	Valor		Total			Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado
							Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Geral				
00004721	SINAPI		OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	67.500,0000000		6,83		461.092,50		461.092,50	45,56%	461.092,50	45,56%
E9540	SICRO3		Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	Equipamento	H	383,6248625	0,0000000	519,02	184,82	199.109,08	0,00	199.109,08	19,67%	660.201,58	65,23%
E9515	SICRO3		Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	Equipamento	H	339,3859250	0,0000000	396,90	159,51	134.591,88	0,00	134.591,88	13,30%	794.793,45	78,53%
E9624	SICRO3		Motoniveladora - 93 kW	Equipamento	H	319,9660875	0,0000000	387,96	146,67	124.138,89	0,00	124.138,89	12,27%	918.932,34	90,80%
00004239	SINAPI		OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.125,0000000		31,67		35.629,88		35.629,88	3,52%	954.562,22	94,32%
00004234	SINAPI		OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.125,0000000		21,72		24.438,94		24.438,94	2,41%	979.001,16	96,73%
00004248	SINAPI		OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.134,3487500		20,93		23.741,92		23.741,92	2,35%	1.002.743,08	99,09%
00037570	SINAPI		ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.125,0000000		4,86		5.472,56		5.472,56	0,54%	1.008.215,64	99,62%
00037572	SINAPI		EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.125,0000000		1,64		1.850,06		1.850,06	0,18%	1.010.065,70	99,80%
00043488	SINAPI		EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.125,0000000		1,02		1.151,44		1.151,44	0,11%	1.011.217,14	99,91%
00037571	SINAPI		TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.125,0000000		0,69		776,25		776,25	0,08%	1.011.993,39	99,99%
00037573	SINAPI		SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.125,0000000		0,09		103,50		103,50	0,01%	1.012.096,89	100,00%
00043464	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO	Material	H	1.125,0000000		0,01		12,94		12,94	0,00%	1.012.109,83	100,00%

Equipamento	R$ 457.839,84
Equipamento para Aquisição Permanente	R$ 0,00
Mão de Obra	R$ 83.810,73
Material	R$ 470.459,25
Serviços	R$ 0,00
Taxas	R$ 0,00
Administração	R$ 0,00
Aluguel	R$ 0,00
Verba	R$ 0,00
Transporte	R$ 0,00
Encargos Complementares	R$ 0,00
Franquia	R$ 0,00
Outros	R$ 0,00
Total sem BDI	**880.087,50**
Total do BDI	**131.996,25**
Total Geral	**1.012.083,75**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:55:30 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 265
Rubrica:

MRE Obras & Serviços

Obra
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BURITI-MA

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
LOC-021	Próprio	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW - incluso operador	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	H	1.125,0	343,03	385.908,75	38,13	38,13
LOC-001	Próprio	LOCACAÇÃO DE MOTONIVELADORA INCLUSO OPERADOR	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1.125,0	278,63	313.458,75	30,97	69,10
LOC-011	Próprio	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW - incluso operador	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	H	1.125,0	277,97	312.716,25	30,90	100,00

Total sem BDI	**880.087,50**
Total do BDI	**131.996,25**
Total Geral	**1.012.083,75**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:55:46 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143 - 2025
Fls. 266
Rubrica:

Obras & Serviços

Obra
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BURITI-MA

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Maranhão
SICRO3 - 07/2025 - Maranhão

B.D.I.
15,0%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 104,18%
Mensalista: 63,32%

Item	Descrição	Total Por Etapa	Cronograma Físico e Financeiro										
			30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
1	LOCAÇÃO DE MAQUINAS	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
		1.012.083,75	84.306,58	84.306,58	84.306,58	84.306,58	84.306,58	84.306,58	84.306,58	84.306,58	84.407,78	84.407,78	84.407,78	84.407,78
Porcentagem			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
Custo			84.306,57	84.306,57	84.306,57	84.306,57	84.306,57	84.306,57	84.306,57	84.306,57	84.407,78	84.407,78	84.407,78	84.407,78
Porcentagem Acumulado			8,33%	16,66%	24,99%	33,32%	41,65%	49,98%	58,31%	66,64%	74,98%	83,32%	91,66%	100,0%
Custo Acumulado			84.306,57	168.613,14	252.919,71	337.226,28	421.532,85	505.839,42	590.146,00	674.452,56	758.860,34	843.268,12	927.675,90	1.012.083,75

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:56:13 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 267
Rubrica:

CÁLCULO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS SOCIAIS

MRE
Obras & Serviços

		NÃO DESONERADO	
		HORISTA	MENSALISTA
A	**GRUPO A**	**31,00%**	**31,00%**
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	0,00%	0,00%
A3	SENAI	0,00%	0,00%
A4	INCRA	0,00%	0,00%
A5	SEBRAE	0,00%	0,00%
A6	Salário Educação	0,00%	0,00%
A7	Seguro Contra Acidentes Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
B	**GRUPO B**	**47,31%**	**18,17%**
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,97%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,56%	Não incide
B8	Auxilio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	11,16%	8,48%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
C	**GRUPO C**	**10,81%**	**8,22%**
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,17%	2,41%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,60%	1,98%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
D	**GRUPO D**	**15,06%**	**5,93%**
D1	Reincidência de A sobre B	**14,67%**	**5,63%**
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	**0,40%**	**0,30%**
	TOTAL	**104,18%**	**63,32%**

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180

Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:56:29 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3143-2025
Fls. 268
Rubrica:

Faixa de BDI* (Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário):

COMPOSIÇÃO DE BDI

DESCRIÇÃO	BDI ADOTADO - % (Inserir percentuais)
Administração Central (AC)	1,50
Seguro e Garantia (S+G)	0,30
Risco (R)	0,56
Despesas Financeiras (DF)	0,85
Lucro (L)	3,50
Impostos *(soma dos itens abaixo)*	**7,09**
COFINS	3,00
PIS	0,65
ISS***	3,44
INSS (Alíquota desoneração)****	0,00
TOTAL BDI COM IMPOSTOS *	**15,00**

(*) Item 9.2.1 Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário: Quando a taxa de BDI indicada pelo Tomador estiver fora dos patamares estipulados, o detalhamento do BDI deve ser acompanhado de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico

(**) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

(***) Item 9.3.2.3 Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário: Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, a ***base de cálculo*** *e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um*

(****) A análise da planilha orçamentária com desoneração possibilita a consideração de alíquota de 4,5% na composição do BDI, no item tributos

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórc

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$$

Onde:
AC: Administração Central
S: Seguro
R: Risco
G: Garantia
DF: Despesas Financeiras
L: Lucro
I: Impostos

R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Assinado de forma digital por R DOS S EWERTON OBRAS E SERVICOS:31624972000180
Dados: 2026.01.29 14:56:45 -03'00'